

Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas

Vera Maria d'Ávila Cavalcanti Bezerra
Jana Maria Cruz

Luís Cavalcanti da Cunha Bahiana

1 — INTRODUÇÃO

Este projeto sobre a periferização urbana pode ser considerado uma fase posterior dentro dos estudos que o Departamento de Geografia vem empreendendo sobre as formas espaciais urbanas. Numa primeira etapa, constituiu-se o Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM) (1) com o objetivo não só de determinar as áreas metropolitanas do País, a partir de uma determinada metodologia, como também conceituar processos e identificar formas que são da natureza do processo de metropolização.

Posteriormente, Davidovich e Lima (2) empreenderam um estudo objetivando, num primeiro momento, delimitar novas formas

de crescimento urbano além das metropolitanas. Segundo as autoras, a "primeira etapa dos estudos sobre aglomerações urbanas no Brasil indicou formas de estruturas espaciais elaboradas sob intenso processo de urbanização, contribuindo para o diagnóstico da situação urbana brasileira à medida que identificou tipos de espaços resultantes da concentração progressiva da população" (p. 107).

Os resultados de ambos os trabalhos justificam a continuação dessa linha de estudos, acrescidos dos primeiros resultados do Recenseamento Geral do Brasil de 1980. É com esse intento que a Diurb (Divisão de Estudos Urba-

nos) vem realizar esse estudo que privilegia um aspecto da problemática referida — o da periferização urbana entendida dentro do quadro do fenômeno de metropolização do qual alguns dados de 1970 já mostravam a relevância. Porém, não bastassem somente os números, há que se considerar a relevância qualitativa do processo de periferização, avaliação que constituirá o outro eixo de análise.

A consolidação de grandes unidades urbanas nas formações capitalistas centrais e nas dependentes trouxe à luz uma problemática referente às formas de organização dos espaços que circundam a cidade. Foi nos países onde o processo primeiro se fez sentir que a literatura a respeito do assunto surgiu. Naturalmente a extensão do problema implica num aporte eclético. A composição social das franjas urbanas, a jornada para o trabalho, a “esterilização” das terras agricultáveis, a verificação de hipóteses thunianas para o caso das terras periurbanas, a conversão do solo rural em solo urbano, as estratégias dos proprietários de terra e de firmas imobiliárias são, entre outros, temas que percorrem as revistas científicas no período de 1940 aos anos 60.

Entre nós a formulação do problema, embora remonte ao final da década de 50, período em que se acentou a metropolização das Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ganhou força nos últimos anos, em vista da acentuação dos problemas tocantes às populações periféricas e a transformação de questão científica em questão política. A emergência do conteúdo político da questão traz, por outro lado, modificações no seu *status* conceitual, particularizando então o conceito de periferização como um processo que aloca pessoas e equipamentos a porções de espaço não valorizado. Desenvolvendo, conceituaríamos perife-

rização como processo vigente, nas áreas metropolitanas, de alocação de uma grande parte da população em espaços social e economicamente desvalorizados, respondendo à dinâmica de valorização do núcleo de nossas grandes cidades que se acentou sobremaneira na última década. É claro que uma tal definição não possui o mesmo poder de explanação para todas as áreas, e nem se pretende definitiva, mas apenas dá uma situação da problemática a ser estudada.

O projeto tem dois objetivos. De um lado, fornecer uma descrição geral, a nível das metrópoles brasileiras, da evolução do processo de periferização no decênio 1970-1980; de outro, obter um quadro conceitual geral sobre as formas atuais deste processo, que se constitua num referencial visando extrair novas linhas de investigação.

Em sua fase inicial este projeto adotará os mesmos critérios demográficos utilizados para a delimitação das áreas metropolitanas. Para tal, a dimensão populacional será a variável que permitirá a análise descritiva do comportamento periférico para o decênio 1970-1980.

O número de habitantes das áreas metropolitanas vai permitir o diagnóstico previsto a partir dos valores de tamanho-crescimento absoluto e taxa de crescimento. Tais valores populacionais vão apontar as áreas de maior ocupação e suas variações. As unidades selecionadas são as nove metrópoles do País que se encontram em anexo, tendo sido a análise feita ao nível de distrito.

O presente trabalho divide-se em três partes: a primeira, consiste de uma análise dos padrões de crescimento demográfico das nove áreas metropolitanas do País no decênio 1970-1980; segue-se uma revisão temática das tradi-

ções de pesquisa em torno do assunto; e, finalmente, levando-se em conta os padrões observados e as formulações conceituais, procura-se levantar questões passíveis de aprofundamento em trabalhos específicos posteriores.

Acompanham o texto, em anexo, as tabelas e os mapas com dados e padrões referentes à evolução demográfica dos distritos das nove áreas metropolitanas.

2 — OS PADRÕES ESPACIAIS DE CRESCIMENTO DEMOCRÁTICOS NAS ÁREAS METROPOLITANAS

Inicialmente, deve-se esclarecer que a presente análise baseou-se exclusivamente nos aspectos demográficos do processo de periferação, aqui entendido como crescimento populacional ocorrido fora do distrito-sede da cidade central da área metropolitana.

Para tanto foi elaborada uma tabela (ver Anexo) de variação absoluta e relativa da população residente por distrito, no decênio 1970-1980, para cada um dos municípios componentes das nove áreas metropolitanas existentes no País em 1980, bem como nove mapas (ver Anexo) que descrevem a distribuição espacial dessas variações no crescimento demográfico dentro das áreas metropolitanas.

Esta análise espacial estabeleceu, num primeiro momento, a comparação do crescimento demográfico de cada área metropolitana, seja através da comparação entre o crescimento do distrito-sede da cidade central com o crescimento de cada conjunto metropolitano (Quadro 1), seja através da comparação do quantitativo de-

mográfico relativo do distrito-sede da cidade central no total de cada área metropolitana nos anos de 1970 e 1980 (Quadro 2). Num segundo momento, a análise considera as taxas de crescimento dos distritos que compõem cada área metropolitana, procurando estabelecer padrões espaciais de crescimento demográfico.

Em relação ao primeiro momento da análise, o quadro 1 indica que todos os distritos-sede das cidades centrais apresentaram crescimento demográfico inferior ao crescimento global da área metropolitana onde se localiza e, à exceção de Curitiba, todos os distritos-sede apresentaram crescimento demográfico inferior a 50%.

QUADRO 1

Comparação entre o crescimento do distrito-sede da cidade central de cada área metropolitana e o conjunto metropolitano em 1970-1980

ÁREA METROPOLITANA	CRESCIMENTO DO DISTRITO-SEDE DA CIDADE CENTRAL (1970-1980) (%)	CRESCIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA (1970-1980) (%)
Belém.....	40	52
Fortaleza.....	25	52
Recife.....	14	37
Salvador.....	49	54
Belo Horizonte.....	20	27
Rio de Janeiro.....	30	58
São Paulo.....	37	55
Curitiba.....	75	76
Porto Alegre.....	27	48

FONTE: Síntese Preliminares dos Censos Demográficos — 1970 e 1980, IBGE.

Ressalte-se que o caso de Curitiba foi o único em que se verificou um crescimento bem superior a 50% tanto no distrito-sede da cidade central como no conjunto metropolitano, e ainda, que este crescimento demográfico foi praticamente equivalente.

O quadro 2, por sua vez, mostra que a participação demográfica dos distritos-sede das cidades centrais diminuiu de 1970 para 1980. Este decréscimo, porém, não foi muito elevado porque os distritos-sede concentravam um elevado percentual de população e o processo de periferização, embora com taxas elevadas de crescimento em alguns distritos, não foi suficiente para diminuir muito o peso dos distritos-sede das cidades centrais face às áreas metropolitanas nas quais se localizam. Por outro lado, verificou-se em muitos distritos da periferia um crescimento muito elevado, mas relacionado a valores absolutos muito baixos (ver Anexo).

QUADRO 2

Comparação do peso demográfico relativo dos distritos-sede das cidades centrais das áreas metropolitanas em 1970 e 1980

ÁREA METROPOLITANA	POPULAÇÃO DO DISTRITO-SEDE DA CIDADE CENTRAL/POPULAÇÃO TOTAL DA ÁREA METROPOLITANA (%)	
	1970	1980
Belém.....	88	81
Fortaleza.....	50	41
Recife.....	62	51
Salvador.....	87	84
Belo Horizonte.....	69	57
Rio de Janeiro.....	60	56
São Paulo.....	64	56
Curitiba.....	59	58
Porto Alegre.....	58	50

FONTE: Síntese Preliminares dos Censos Demográficos — 1970 e 1980, IBGE.

Como anteriormente, aparece mais uma vez como exceção a área metropolitana de Curitiba que apresentou participação demográfica praticamente igual em 1970 e 1980.

Já se pode então afirmar que o processo de periferização, apesar

de se ter iniciado pelo menos na década de 40, continua sendo marcado pelo peso do distrito-sede e que este mesmo processo é espacialmente desigual ao nível das nove áreas metropolitanas. Assim, nos casos de Belém e Salvador os distritos-sede das cidades centrais concentram, tanto em 1970 como em 1980, mais de 80% da população metropolitana. As demais áreas metropolitanas apresentam valores situados entre 40 e 70%.

Esta “permanência”, maior ou menor, do peso demográfico dos distritos-sede pode ser explicada, ao menos em parte, por vários argumentos:

a) a configuração da malha distrital, onde a extensão maior ou menor do distrito-sede da cidade central possibilitaria um também maior ou menor espaço a ser ocupado;

b) o processo de densificação do distrito-sede, onde um crescimento demográfico se faz internamente;

c) a acessibilidade, onde eixos garantiram, ou não, a dispersão ou a atração de população, a partir do, ou para o distrito-sede;

d) e, finalmente, o sítio da cidade central, que também tem sua importância na dispersão ou concentração da população.

Em relação ao segundo momento da análise, constatou-se que o crescimento demográfico assume dois padrões espaciais diferentes a partir do distrito-sede da cidade central. De um lado, apresenta um padrão em semicírculos ou em círculos e, de outro, apresenta um padrão caracterizado por eixos de crescimento demográfico.

O padrão caracterizado por semicírculos ou círculos define-se por um conjunto de distritos que se localizam em torno do distrito-sede da cidade central e que apresentam altas taxas de crescimento demo-

gráfico, algumas delas superiores a 200%. Tal padrão é verificado em todas as áreas metropolitanas, a exceção das de Recife e de Porto Alegre. O crescimento periférico das metrópoles de Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro caracteriza-se por assumir uma forma semicircular, enquanto o das áreas metropolitanas

de São Paulo e Curitiba caracteriza-se por um padrão que tende a se aproximar a um círculo em torno do distrito-sede da cidade central (ver Mapas 1 a 9). O quadro 3 descreve as taxas de crescimento demográfico periférico das áreas metropolitanas que se caracterizam por assumirem um padrão espacial semicircular ou circular.

QUADRO 3

Distritos com altas taxas de crescimento demográfico localizados em torno do distrito-sede da cidade central em 1970-1980

(continua)

ÁREA METROPOLITANA	MUNICÍPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO 1970-1980 (%)
Belém	Belém	Val-de-Cás	292
	Belém	Icoraci	119
	Ananindeua	Ananindeua	192
Fortaleza	Fortaleza	Mondubim	202
	Fortaleza	Messejana	140
	Fortaleza	Antônio Bezerra	102
	Caucaia	Caucaia	125
	Maranguape	Maracanaú	143
Salvador	Lauro de Freitas	Lauro de Freitas	251
	Camaçari	Camaçari	263
	Camaçari	Abrantes	95
	Camaçari	Dias d'Ávila	117
	Simões Filho	Simões Filho	98
Belo Horizonte	Contagem	Contagem	271
	Contagem	Parque Industrial	107
	Ribeirão das Neves	Justinópolis	1 007
	Ribeirão das Neves	Ribeirão das Neves	185
	Santa Luzia	São Benedito	343
	Belo Horizonte	Venda Nova	167
	Betim	Betim	123
	Ibirité	Ibirité	124
	Pedro Leopoldo	Doutor Lund	145
Vespasiano	Vespasiano	102	
Rio de Janeiro	Itaboraí	Itambi	206
	São Gonçalo	Monjolo	106
	Magé	Guia de Pacobaíba	118

QUADRO 3

Distritos com altas taxas de crescimento demográfico localizados em torno do distrito-sede da cidade central em 1970-1980

(conclusão)

ÁREA METROPOLITANA	MUNICÍPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO 1970-1980 (%)
São Paulo	Carapicuíba	Carapicuíba	238
	Embu	Embu	427
	São Paulo	Guaianazes	101
	São Paulo	Itaquera	119
	São Paulo	Jaraguá	143
	São Paulo	Parelheiros	120
	Barueri	Barueri	105
	Barueri	Jardim Silveira	114
	Cotia	Cotia	123
	Diadema	Diadema	190
	Embu-Guaçu	Embu-Guaçu	104
	Ferraz de Vasconcelos	Ferraz de Vasconcelos	118
	Guarulhos	Guarulhos	125
	Itapecerica da Serra	Itapecerica da Serra	156
	Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba	150
	Jandira	Jandira	188
	Mauá	Mauá	102
	Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	97
	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	112
	Taboão da Serra	Taboão da Serra	138
Curitiba	Colombo	Colombo	227
	Piraquara	Pinhais	343
	Piraquara	Piraquara	165
	Curitiba	Campo Comprido	145
	Curitiba	Santa Felicidade	157
	Curitiba	Tatuquara	173
	Almirante Tamandaré	Almirante Tamandaré	170
	Araucária	Araucária	120
	Campo Largo	Ferraria	125
	Piraquara	Piraquara	165
São José dos Pinhais	São José dos Pinhais	134	

FONTE: Sínteses Preliminares dos Censos Demográficos — 1970 e 1980, IBGE.

O padrão caracterizado por eixos de crescimento demográfico é encontrado na área metropolitana de Recife, onde há um setor de crescimento mais significativo localizado ao norte e outro ao sul do distrito-sede, e na área metropolitana de Porto Alegre, onde há um

único eixo de crescimento demográfico periférico mais acentuado. O quadro 4 descreve as taxas de crescimento demográfico dos distritos que se localizam ao longo de eixos que tem suas origens nos distritos-sede das cidades centrais de Recife e Porto Alegre.

QUADRO 4

Distritos com altas taxas de crescimento demográfico localizados ao longo de eixos a partir do distrito-sede da cidade central em 1970-1980

ÁREA METROPOLITANA	MUNICÍPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO 1970-1980 (%)
Recife	Paulista	Navarro	380
	Paulista	Praia da Conceição	690
	Jaboatão	Muribeca dos Guararapes	93
Porto Alegre	Cachoeirinha	Cachoeirinha	104
	Gravataí	Gravataí	106
	Gravataí	Barnabé	135
	Gravataí	Ipiranga	165
	Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	90
	Campo Bom	Campo Bom	104
	Sapiranga	Sapiranga	142
	Sapiranga	Picada Hartz	108
	Alvorada	Alvorada	129

FORNTE: Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos — 1970 e 1980, IBGE.

Convém ressaltar que o crescimento periférico de Porto Alegre, que se apresenta com uma forma axial que não é contínua, mostra, de um lado, um conjunto constituído pelos Distritos de Sapucaia do Sul, Barnabé, Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha e Ipiranga, e de outro, mais ao norte, pelos Distritos de Sapiranga, Campo Bom e Picada Hartz.

A partir dos dois padrões de elevadas taxas de crescimento demográfico verifica-se que, no processo de crescimento da periferia, emergem distritos com pequenas taxas de crescimento ou mesmo com crescimento demográfico negativo.

Em relação às áreas metropolitanas que apresentam um padrão de crescimento semi-circular ou circular, verifica-se a presença de um anel localizado além das áreas de alto crescimento, e que apresentam crescimento pequeno ou negativo. O quadro 5 indica exemplos típicos de tal tipo de crescimento.

No caso da área metropolitana do Rio de Janeiro, os distritos de pequeno crescimento ou de crescimento negativo situam-se não apenas além das áreas de crescimento elevado, mas também entre elas e a própria Cidade do Rio de Janeiro. É o caso de Niterói, Sete Pontes, Neves, Nilópolis, Olinda e Duque de Caxias. Verifica-se também que, de modo geral, as taxas de crescimento demográfico não são muito elevadas.

Em relação às áreas metropolitanas que apresentam um padrão de crescimento axial, verifica-se a presença de setores localizados na periferia, formando um amplo anel de taxas de crescimento demográfico pequeno ou negativo, como em Recife, ou a presença de setores que ladeiam unilateralmente o eixo de crescimento periférico elevado, como em Porto Alegre. O quadro 6 mostra a situação acima descrita.

QUADRO 5

Exemplos de distritos com crescimento demográfico pequeno ou negativo na periferia das áreas metropolitanas (padrão semi-circular ou circular) em 1970-1980

ÁREA METROPOLITANA	MUNICÍPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO 1970-1980 (%)
Belém	Belém	Mosqueiro	29
Fortaleza	Aquiraz	Aquiraz	32
	Aquiraz	Justiniano Serpa	37
	Pacatuba	Pacatuba	23
	Pacatuba	Gererau	40
	Maranguape	Maranguape	41
	Maranguape	Sapupara	12
	Caucaia	Mirambé	14
	Caucaia	Catuana	-19
	Caucaia	Guararu	-11
	Caucaia	Tucunduba	-25
Salvador	Salvador	Madre de Deus	9
	São Francisco do Conde	Mataripe	-43
	Camaçari	Monte Gordo	4
	Itaparica	Itaparica	30
	Vera Cruz	Vera Cruz	3
	Vera Cruz	Mar Grande	48
	Vera Cruz	Jiribatuba	12
	Vera Cruz	Cacha-Pregos	5
Belo Horizonte	Sabará	Sabará	26
	Sabará	Mestre Caetano	-12
	Sabará	Ravena	-35
	Nova Lima	Nova Lima	21
	Raposos	Raposos	17
Rio de Janeiro	Niterói	Niterói	22
	São Gonçalo	Sete Pontes	14
	São Gonçalo	Neves	22
	Itaboraí	Cabuçu	-10
	Itaboraí	Sambaetiba	15
	Magé	Suruí	8
	Duque de Caxias	Duque de Caxias	19
	Duque de Caxias	Xerém	24
	Nilópolis	Nilópolis	19
	Nilópolis	Olinda	18
Maricá	Manoel Ribeiro	6	
São Paulo	Guararema	Guararema	28
	Mogi das Cruzes	Taiacupeba	11
	Salesópolis	Salesópolis	11
	Santo André	Paranapiacaba	7
Curitiba	Bocaiúva do Sul	Bocaiúva do Sul	9
	Campina Grande do Sul	Campina Grande do Sul	24
	São José dos Pinhais	Campo Largo da Rezeira	21
	Contenda	Contenda	13
	Contenda	Catanduva do Sul	-20
	Araucária	Guajuvira	-6
	Almirante Tamandaré	Campo Magro	11

FONTE: Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos — 1970 e 1980, IBGE.

QUADRO 6

Exemplos de distritos com crescimento demográfico pequeno ou negativo na periferia das áreas metropolitanas (padrão axial) em 1970-1980

ÁREA METROPOLITANA	MUNICÍPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO 1970-1980 (%)
Recife	Moreno	Moreno	12
	Cabo	Juçaraí	-12
	Cabo	Santo Agostinho	-36
	São Lourenço da Mata	Nossa Senhora da Luz	13
	Igarassu	Araçoiaba	2
	Igarassu	Nova Cruz	-12
	Igarassu	Três Ladeiras	-24
Porto Alegre	Viamão	Passo da Areia	8
	Viamão	Águas Claras	- 8
	Viamão	Capão da Porteira	-31
	Viamão	Itapuá	- 9
	Gravatá	Glorinha	4
	Gravatá	Dom Feliciano	-37
	Gravatá	Morungava	-16

FORTE: Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos — 1970 e 1980, IBGE.

A análise dos padrões espaciais de crescimento demográfico periférico mostra que, a par de algumas regularidades entre as áreas metropolitanas, a configuração espacial traduz-se em padrões desiguais, cuja compreensão passa pelo exame das várias dinâmicas que atuam na formação das periferias metropolitanas. Para isso, procede-se a seguir a uma revisão temática que, embora não exaustiva, possa separar as diversas abordagens do assunto, capazes de gerar questões para investigações posteriores.

3 — O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO URBANA: UMA REVISÃO TEMÁTICA

A presente revisão de caráter geral pretende dar conta das tradições de pesquisas mais importantes durante quarenta anos, com o

objetivo de fornecer questões passíveis de serem aprofundadas nas etapas posteriores do presente projeto, dentro do grande leque que abrange o tema geral da periferização urbana. Nesta revisão serão, assim, abordadas as seguintes linhas ou tradições de pesquisas:

3.1 — as franjas urbanas;

3.2 — o processo de crescimento urbano e a esterilização rural-valorização da terra periurbana;

3.3 — expansão urbana e descentralização de atividades e população;

3.4 — tendências atuais da pesquisa.

Uma análise da literatura mostra que o interesse pelo assunto em pauta surge e se acentua durante os anos 1930-40, nos países anglo-saxônicos, principalmente nos Estados Unidos, em vista das formas que o processo de urbanização vinha assumindo naquele País. Ora,

o fato marcante da urbanização, na escala do crescimento físico das cidades, era a aceleração da expansão urbana das grandes cidades estimulada de início pela ferrovia e em franca generalização pelo uso do automóvel, e que se caracterizava principalmente pelo extravasamento pelas cidades, de seus limites administrativos. Para esta “nova cidade” deviam corresponder novos conceitos, tanto da parte dos geógrafos, como também dos sociólogos, economistas e outros representantes das “disciplinas do urbano”, que se lançam à cunhagem de novos conceitos e aprimoramento dos antigos, visando não somente ao interesse acadêmico, mas também apresentando uma forte orientação para o processo de planejamento, que não podia mais ter como unidade de atuação uma cidade apenas, mas sim uma “região urbana”; e as questões correspondentes passam então a ser, entre outras, o esvaziamento econômico das cidades centrais e a delimitação dos limites urbanos, que passam a ser difusos.

3.1 — As franjas urbanas

Dentro desta ordem de questões é que se insere a primeira grande tradição de estudos, a mais abrangente, cobrindo dos anos 40 até aproximadamente o final dos anos 60: o estudo das franjas urbanas, ou seja, a região que fica entre o campo e os limites externos da cidade. Um dos especialistas no assunto Robin Pryor, observa que se deve ao sociólogo T. Lynn Smith a introdução do termo significando “a área construída junto aos limites administrativos da cidade”. Contudo, o trabalho geralmente apontado como clássico é de Wehrwein (3), onde ele discute a natureza da franja rural-urbana, apontando para o fato de que, sendo esta área uma área de transição de usos urbanos para usos rurais

do solo, ela é esquecida pelos especialistas de ambos os lados, que se limitam a estudar outras zonas em transição como a zona entre fazendas e florestas. Segundo Wehrwein “bem menos tem sido feito pelos órgãos de pesquisa e os administradores na outra zona de transição — a franja rural-urbana. Os estudiosos dos problemas da terra rural param, quando chegam na “terra da cidade” e os economistas urbanos e planejadores, geralmente, nos limites da cidade a menos que estejam envolvidos no planejamento regional” (p. 217).

No entanto, conclui que uma série de problemas que requerem solução estão acontecendo nestas áreas: descentralização industrial, problemas urbanos para os quais as administrações rurais não encontram solução, favelas e problemas de “delinquência fiscal”. O propósito precípua do trabalho é, segundo o autor, “examinar a estrutura de uso do solo urbano da franja rural-urbana que pode ser definida como a área de transição entre usos reconhecidamente urbanos e a área devotada à agricultura” (idem).

Tentando de início entender o porquê do surgimento de tais áreas nos limites das modernas cidades, Wehrwein se volta para as formulações clássicas de Von Thünen, Burgess e Christaller a respeito do processo de crescimento urbano. Ainda que estes autores avancem hipóteses capazes de explicar, em parte, a formação das franjas, seus esquemas não levam em conta os fatores que de fato impulsionaram o crescimento das cidades nesta fase: as ferrovias e, principalmente, as rodovias, possibilitando a rápida expansão residencial e os movimentos pendulares, a descentralização do comércio e das indústrias, causando assim um impacto decisivo na terra antes utilizada para uso agrícola. Após uma exemplificação

do caso de Indianópolis, Indiana, nos Estados Unidos, o autor conclui que: “a franja rural-urbana é, na realidade, real e potencialmente, uma extensão da cidade e que o planejamento e o zoneamento estão inadequados pois partem de uma hierarquia de usos do solo que deixa a terra agrícola e outras terras não urbanas como resíduo ou então uma área sem restrições, onde se “joga tudo” (p. 228).

Como já foi apontado, foram numerosos os estudos de definição e de limitação de franja rural-urbana em vários estudos de caso e discussões conceituais. Gollidge (4), no seu estudo para a Cidade de Sydney, Austrália, vê as seguintes características no uso do solo da franja rural-urbana:

- a) mudanças constantes no padrão de ocupação;
- b) estabelecimentos rurais de pequeno porte;
- c) produção leiteira;
- d) alta mobilidade populacional com baixa densidade;
- e) rápida expansão residencial;
- f) fornecimento incompleto de serviços;
- g) crescimento especulativo.

A complexidade do uso da terra na franja rural-urbana aparece ainda em diversos trabalhos, como o de Bastié (5) que, estudando o *banlieu* (subúrbio) parisiense mostra o uso do solo na franja sul da cidade com usos típicos de franja, tais como: cemitérios, hospitais psiquiátricos, reservatórios d'água. Já Pahl (6), em estudo clássico sobre Hertfordshire, Inglaterra, alinhou quatro grandes traços da franja urbana:

- a) segregação;
- b) imigração seletiva;
- c) movimentos pendulares;
- d) colapso das hierarquias geográficas e sociais (como a popu-

lação está voltada para outras partes da cidade, o equipamento das franjas não é proporcional à população que aí vive).

Em relação ao Brasil o tema foi considerado, ainda que os estudos se limitem praticamente ao Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1959, por ocasião da XIV Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizou-se um simpósio sobre O Habitat Urbano no Brasil. Os trabalhos de Segadas Soares (7) e Bernardes (8) abordam mais de perto o assunto. Este último sugere a expressão “Faixa Pioneira Urbana” da qual voltou a falar alguns anos mais tarde (9): “além deste limite, a faixa suburbana do espaço urbano, estende-se a última unidade em que dividimos a área em estudo: a faixa pioneira da aglomeração. Trata-se da *rural-urban fringe* dos geógrafos de língua inglesa” (p. 104).

Em termos de estudo de caso merecem menção, além da contribuição de Maciel e Albani (10) para o caso de Austin, Município de Nova Iguaçu, na área metropolitana do Rio de Janeiro, para a mesma área, os trabalhos realizados no âmbito do Departamento de Geografia da PUC-RJ, sob a orientação do professor Aluizio Capdeville D'uarte, como estudos de casos de núcleos da faixa periurbana desta cidade: Martins (11) para Xerém, Caetano (12) para Japeri e Bahiana (13) sobre Paracambi.

Aparte os estudos de caso, existem também aquelas contribuições de cunho mais conceitual. Um bom exemplo é a discussão sobre a significância sociológica das franjas rurais-urbanas realizada num congresso da Sociedade Sociológica Americana, onde o tema foi desenvolvido do ponto de vista urbano e rural, como aponta Lively (14):

a) a franja rural-urbana representa uma posição no *continuum* de uma distribuição rural-urbana;

b) a franja rural-urbana representa um sombreamento de duas distribuições — rural e urbana;

c) a franja rural-urbana representa uma terceira distribuição contendo características das outras e características próprias.

Na discussão que se segue, ainda que certos termos evoquem as clássicas visões da “cultura urbana”, *continuum* rural-urbano existentes na sociologia, os autores parecem inclinar-se para o fato de que a franja rural-urbana é de fato outra coisa e que oferece efetivamente grande campo de estudos para a sociologia, tal como afirmam Mc Kain e Burnight (15): “os autores acreditam que uma linha clara não separará os sociólogos do seu interesse. A franja rural-urbana é um campo fértil para a pesquisa e que pode acomodar tanto a sociologia rural como a urbana. Quer parecer aos autores que a velha dicotomia rural-urbana se tornou obsoleta” (p. 11).

Tentando reunir quase trinta anos de pesquisa e juntar as definições operacionais diversas aos conceitos, Pryor (16) tenta agregar as duas coisas num estudo em que, após realizar levantamento de mais de 60 estudos de caso de áreas de franja rural-urbana e suas técnicas de delimitação, propôs a seguinte definição: “a franja rural-urbana é a zona em transição de uso do solo e características sócio-demográficas que se localiza entre (a) a zona construída das áreas urbanas e suburbanas da cidade central e (b) a hinterlândia rural, caracterizada pela ausência quase completa de moradias não rurais e de orientação rural e urbana, penetração incompleta de serviços públicos, zoneamento desordenado, extensão em áreas além, mas contígua, aos limites administrativos

da cidade central e aumento real e potencial da densidade populacional acima dos distritos rurais circundantes, porém inferior ao da cidade central. Tais características podem se diferenciar zonalmente e setorialmente e se modificar no tempo” (p. 62).

A franja rural-urbana como tema de estudos encerra, na realidade, uma série de questões que foram alvo de pesquisas; uma das mais importantes é a questão da esterilização rural — valorização em terras periurbanas, que passamos agora a focalizar.

3.2 — O processo de crescimento urbano e a esterilização rural — valorização da terra periurbana

Qual o efeito da expansão urbana nas terras circundantes? Para tentar responder a esta questão, uma série de estudos foi feita e que podemos classificar em dois grandes eixos: de um lado, os estudos empírico-conceituais sobre a questão em geral e, de outro, a discussão sobre a relevância do esquema de Von Thünen para os dias atuais.

3.2.1 — Formulações empírico-conceituais sobre a questão em geral: o processo de esterilização rural — valorização da terra urbana

A questão da modificação do uso das terras periurbanas pelo avanço da expansão urbana é das mais importantes dentro da questão geral da periferização urbana. Tem sido notada a presença de um processo de “esterilização” de terras antes agrícolas e que, com a chegada das pontas-de-lança da urbanização, são retidas para fins especulativos, sem que se dê nenhum uso a elas.

Um bom exemplo é dado pelo estudo de Geiger e Mesquita (17) em trabalho que, embora seja um estudo de aspectos rurais da Baixada Fluminense na região do Grande Rio, serve de subsídio à compreensão dos fenômenos de estruturação periurbana, já que um dos seus

capítulos foi dedicado ao loteamento como forma de expansão periurbana.

A contribuição de Griffin e Chathan (18) mostra o impacto do crescimento urbano no condado de Santa Clara, na Califórnia, essencialmente agrícola, e como esta expansão se dá justamente em cima dos melhores solos. Entendem que os fatores que causam a transição da área estão ligados ao crescimento da população no pós-guerra, à falta de uma política de planejamento e a problemas da economia agrícola. O fato é que os agricultores começaram a vender as suas terras ao perceberem sua crescente valorização. Os autores procuraram mostrar o desperdício que constitui a implantação urbana em terras de primeira classe para a agricultura, sugerindo uma série de medidas para contornar esta situação, tão comum à época (1957), nos Estados Unidos. Assim, a aquisição de terras pelo Governo Federal e a sua obrigatoriedade de uso agrícola, bem como medidas fiscais, poderiam servir para contornar o problema.

Uma discussão de cunho conceitual é feita por Clawson (19) tratando do problema da relação entre expansão urbana e especulação fundiária. Discutindo o problema pela ótica da valorização, observa que o valor das terras periurbanas emerge da urbanização próxima, ainda que as terras sejam utilizadas para uso agrícola: "É a cidade como local de residência e trabalho que dá valor a estas propriedades e não a sua produção agrícola" (p. 315).

Ao discutir o montante da taxa de juros para cada caso, a autora enfatiza ser isto dependente da situação do proprietário. Assim, "alguém com grandes fundos de investimentos às voltas com taxas marginais altas, pode especular com juros talvez não menores que

2%. Um fazendeiro, com pouco capital, que ainda tem de economizar, às voltas com taxas de empréstimos de 6% ou mais, vai necessariamente especular a 6,8% ou talvez 10%".

Da mesma forma que Griffin e Chathan, Clawson sugere medidas de cunho governamental para lidar com o processo, a começar pelo levantamento do mercado de terras suburbano, suplementado por estudos de demanda e previsão dos tipos que são realizados em economia agrícola, até a implementação de taxas fundiárias a nível local.

3.2.2 — A discussão sobre a relevância dos esquemas de Von Thünen para as cidades atuais

O esquema de Von Thünen se constitui talvez no primeiro modelo para a explicação dos processos e padrões de expansão urbana. Seu esquema, no entanto, dá conta de uma realidade do século passado. Como visto anteriormente, Wehrwein já tinha levantado a questão da validade do modelo, para explicar o surgimento das franjas rurais-urbanas: "neste esquema super simplificado de uso da terra não existe franja rural-urbana como a conhecemos hoje; os limites da cidade são os limites do "modo de vida urbana" " (p. 73). A discussão, tudo indica, só foi retomada muito tempo depois, sendo a contribuição clássica um artigo de Sinclair (20) relacionando as teses de Von Thünen com a expansão urbana. Ele entende que, ao redor das grandes cidades do mundo desenvolvido, "padrões de uso do solo estão se formando em função de forças diversas daquelas identificadas por Von Thünen e que a sua teoria não fornece explicação para os padrões surgidos" (p. 73). Generalizando a questão, o desenvolvimento dos transportes, a multiplicação dos mercados, acoplados à própria natureza do moderno processo de expansão urba-

na, que conduz à esterilização pela antecipação de uso urbano, faz com que o padrão apresentado por Von Thünen se modifique. Assim, a primeira zona ao redor da cidade (de horticultura e produção de leite no modelo original), “estaria mudando para usos urbanos, sendo subdividida e usada para especulação, e os proprietários agrícolas, em sua maioria, se vêem obrigados a abandonar a atividade agrícola por causa dos altos impostos pelo zoneamento e outras mazelas associadas à vida urbana” (p. 81); “a segunda zona (a de produção de lenha no modelo original) é a típica zona de terra sem uso, onde a subdivisão ainda não acontece, mas onde também não há mais agricultura, sendo caracterizada por grandes tratos de terra pertencentes a especuladores ou proprietários agrícolas que tentam vender a terra no momento mais propício” (idem), e assim por diante, num padrão que praticamente reverte o que foi proposto por Von Thünen. Concluindo, o autor observa que “as forças básicas identificadas por Von Thünen são ainda importantes em lugares pouco desenvolvidos mas... nas áreas mais industrializadas... as forças básicas identificadas por Von Thünen não são mais as determinantes primárias dos padrões de uso agrícola ao redor das cidades” (p. 87). A proposição de Sinclair é testada por Mattingly (21) em um estudo na área em torno de uma aglomeração do meio-oeste americano, que, ainda que não tenha analisado a influência da distância no uso, confirma as hipóteses de Sinclair.

Dayal (22) discute o caso de duas cidades na costa sul da Austrália, preocupado com o “teste da teoria da intensidade de Thünen ao redor dos centros urbanos e examina a relação entre a intensidade da agricultura e o tempo” (p. 43) e verifica a validade das teses de Sinclair. Usando de regressões e

coeficientes de correlação, o autor entende que o caso empírico por ele estudado não parece desencorajar os proprietários agrícolas a realizarem investimentos a curto prazo. “Sabendo que terão que vender a terra, tentam maximizar os lucros a curto prazo. Os investimentos a longo termo provavelmente já teriam sido feitos pelos fazendeiros provavelmente bem antes de perceberem o avanço urbano, como por exemplo, investimentos nos prédios, cercas e maquinário, que tem longa vida” (p. 49).

A questão da relevância do modelo thuniano aparece ainda com Juilliard (23) que analisa o uso da terra periurbano na Europa e no Brasil. Argumenta o referido autor que as cidades européias apresentam, via de regra, um cinturão hortigranjeiro, fruto da permanência de uma estrutura agrária solidamente implantada, enquanto na periferia das cidades brasileiras, como Salvador, verifica-se um cinturão esterilizado em termo de agricultura, esterilização esta que decorre da decadência de uma estrutura agrária fundamentada na *plantation*.

3.3 — Expansão urbana e descentralização de atividades e população

Um último conjunto de questões dentro das visões clássicas do processo de periferização urbana diz respeito à descentralização das atividades urbanas e da população. A descentralização é na verdade um processo que encerra uma componente já histórica, pois vem se dando desde o século passado. Este processo só faz se acelerar no decorrer do presente século. A indústria se descentraliza, mercê da escassez de solo no centro urbano; o comércio segue a população, que, por sua vez, se periferiza atendendo a dinâmicas distintas. No caso dos países do Terceiro Mundo é a periferização de amplos setores de

baixa renda, e, em um caso e outro, há que se considerar uma variante de fatores.

3.3.1 — Descentralização: o caso das indústrias

O deslocamento das indústrias para as periferias urbanas, em que pese os fatores exclusivos de cada caso, se deve fundamentalmente à escassez de solo urbano na área central. No caso, as indústrias implantadas antes da fase de grande crescimento se deslocam para a periferia pois vendem seus terrenos a bom preço para uso residencial e, as de implantação recente, já o fazem diretamente em áreas periféricas, em muitos casos em distritos industriais implantados pelo Estado. É bom frisar que está se falando de indústrias de grande porte, já que muitas empresas de pequeno porte mantêm atividades no centro urbano. Os teóricos da Escola de Ecologia Humana de Chicago abordam o problema de maneiras diferentes: faixa mista de vendas por atacado e indústrias leves junto ao Distrito Central de Negócios, no caso de Burgess; localização junto às vias de transporte, no caso de Hoyt; e a existência de distritos de indústrias leves e pesadas, sugerida por Harris e Ullmann.

Posteriormente, os estudos circunscreveram-se ao âmbito da "teoria" de localização industrial ou à verificação de padrões empíricos, com ou sem tentativa de generalização. Para o caso das cidades americanas, existem duas contribuições clássicas: as de Murphy (24) e Pred (25), ambos elaborando esquemas de localização industrial em grandes cidades sob a forma de generalizações. Murphy procura categorizar uma tipologia de áreas industriais dentro e em torno de uma cidade típica, enquanto que Pred define a localização intraurbana das indús-

trias pelo tipo de mercado servido, sua dependência em matéria-prima local ou importada e a comunicação entre empresas.

Reinemann (26) estudou padrões de distribuição industrial na área de Chicago, de 1939 a 1954, definindo quatro zonas industriais: interna, externa, franja suburbana e periferia adjacente.

Para o caso brasileiro, Ribeiro e Almeida (27), baseados principalmente no esquema de Pred, procuraram definir os padrões de localização industrial na área metropolitana de Recife, e Ribeiro (28) realizou estudos da mesma natureza para Salvador. Ainda entre os estudos realizados no Brasil citamos o de Mattos (29) que, não sendo especificamente um estudo a respeito de localização industrial, apresenta várias informações com respeito à distribuição espacial, por gênero, das indústrias da Cidade de São Paulo, e ainda o de Turnowski (30) para o então Estado da Guanabara.

3.3.2 — Descentralização das atividades terciárias

A questão da descentralização do comércio e serviços gerou também uma ampla literatura, da qual faremos referências seletivas. As contribuições clássicas são as de Proudfoot (31), Vancer Jr. (32) e Berry (33), que inspiraram muitos estudos posteriores. Da parte dos geógrafos brasileiros, as contribuições, mais uma vez, centram-se em estudos para o Rio de Janeiro e São Paulo: Segadas Soares (34), Geiger (35) e Barros (36) entre outros, realizaram estudos sobre o tema.

Cumprе ressaltar que os estudos de descentralização de atividades terciárias têm lugar secundário na questão do processo recente de periferização, uma vez que a ênfase é dada à descentralização residencial.

3.3.3 — Periferização da população

Este tema é aquele que talvez represente mais *strictu sensu* à questão da periferização, pois que traz consigo uma série de questões tratadas nos itens anteriores a respeito da dinâmica de outras atividades nos espaços periurbanos. Também aqui há uma diferença fundamental, quer consideremos o caso das cidades em países anglo-saxônicos ou em países do Terceiro Mundo. Sabe-se, com efeito, que a estrutura interna das cidades difere sobremaneira num caso e no outro: se, naqueles países, assistimos à periferização das camadas de média e alta renda, nos países subdesenvolvidos a predominância será a periferização dos grupos de renda baixa. Deve-se ainda lembrar que não é só uma diferença qualitativa, pois que as taxas de crescimento se diferenciam sobremaneira e também o peso dos componentes (relação crescimento vegetativo-migração).

Isto posto, queremos crer que para o caso dos países anglo-saxônicos uma boa parte da literatura coincide com aquela sobre a franja rural-urbana, acrescida de estudos específicos sobre o conteúdo social destas áreas, embora a questão já venha sendo estudada desde a década de 20, mais uma vez pela Escola de Chicago. O caso das cidades latino-americanas merece também muitas contribuições, como as de Mangin (37) e Turner (38) sobre o deslocamento dos migrantes da área central para a periferia; e de Ward (39), que em estudo para a Cidade do México encontra evidências empíricas de que a população esteja se deslocando para a periferia e a de Corrêa (40), que através de dados indiretos, e procurando aplicar esta hipótese para o caso do Rio de Janeiro, encontra indícios de que, neste caso, a área central não é mais a área de localização inicial

dos migrantes, mas sim a própria periferia.

3.4 — Tendências atuais da pesquisa

Ultimamente assiste-se a um interesse cada vez maior pela questão da periferização urbana nos países do Terceiro Mundo, a ponto de se poder identificar uma nova tendência com enfoques diferentes dos que orientaram os estudos que aqui foram resenhados. Quer parecer que os novos elementos que caracterizam essas novas linhas são:

a) a ênfase no processo de periferização da população em cidades do Terceiro Mundo;

b) a adoção de um aporte teórico conceitual que procura identificar agentes e estratégias na produção do espaço urbano.

Cumprе ressaltar que, nestes países, a questão da periferização assume muitas vezes tonalidades mais dramáticas que nos países anglo-saxônicos, a periferia se tornando uma questão política de peso, que pouco a pouco, em certos casos, como a do Rio de Janeiro, vem tomando mais importância que o problema das favelas: isso é observado por Santos (41) em trabalho onde procura dar conta do processo de periferização na Cidade do Rio de Janeiro, encarado como expressão de relações sociais. O autor mostra que, ao contrário do que ainda pensam muitos, não é a favela, mas a periferia, a opção de moradia para as classes mais desfavorecidas, em vista da cristalização de um modelo em que o núcleo se "enobrece" cada vez mais, o que faz, no mínimo, a diferença de se morar numa favela e na periferia.

A periferia é assim, produto de um modelo concentrador que reflete no plano espacial, o que acontece na sociedade. O rebatimento no espaço desta desigualdade resulta na concentração de recursos e infra-estrutura, como constataram

Vetter, Massena e Rodrigues (42) analisando a concentração de infraestrutura no núcleo da Cidade do Rio de Janeiro, e de uma larga faixa mal servida, onde a auto-construção constitui-se na estratégia básica de grande parte da população, como mostram, entre outros, Beozzo de Lima (43). Dentro destas novas tendências de se encarar o crescimento periférico, cumpre assinalar o conjunto de estudos gerados no simpósio promovido pelo CEGET (*Centre d'Etudes de Géographie Tropicale*) da Universidade de Bordeaux. Resaltam-se aí os estudos de Venetier (44) para o Congo, Urbina (45) para o Chile, Doumenge (46) para a Nova Caledônia e, principalmente, o de Deler (47) que analisa as estratégias dos proprietários fundiários, quer oriundos das grandes famílias rurais tradicionais, quer oriundos dos negócios urbanos, tendo investido capital em terras na periferia das Cidades de Guayaquil, Quito, Lima e La Paz. Tais estratégias são influenciadas, basicamente, pela localização das terras em dois amplos setores da periferia urbana: o setor periférico dotado de amenidades naturais e o sem amenidades.

Acreditamos, para finalizar este inventário sumário, que a questão da periferização ainda oferece uma série de problemas a serem compreendidos. O que se segue, constitui-se em um conjunto de questões que emergem a partir do confronto entre o quadro descritivo sumário sobre a periferização nas nove metrópoles brasileiras e a revisão temática aqui realizada.

4 — QUESTÕES PARA APROFUNDAMENTO POSTERIOR

Esta parte do trabalho objetiva fornecer maiores subsídios para o projeto em pauta, através de ques-

tões que são definidas mediante o confronto entre os resultados obtidos na análise dos padrões de crescimento demográfico nas nove áreas metropolitanas e os eixos temáticos identificados anteriormente. Tais questões poderão servir como pontos de referência para futuras pesquisas dentro do grande leque que abrange o tema geral de periferização urbana. Podemos subdividi-las em dois grandes conjuntos:

4.1 — Questões gerais

a) Que diferenças decorrem no processo de periferização segundo os diferentes tamanhos demográficos das áreas metropolitanas? Esta questão se coloca pelo fato de que, de um lado, as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam respectivamente 9,0 e 12,5 milhões de habitantes e, de outro, as demais áreas apresentam uma população variando entre 1,0 a 2,5 milhões de habitantes, ou seja, há pelo menos dois grandes conjuntos de áreas metropolitanas no País.

b) Como a temporalidade do processo de metropolização tem afetado o padrão atual de periferização? Esta questão se refere ao tipo e intensidade de ocupação em áreas próximas à cidade central e o seu processo de incorporação às cidades centrais das áreas metropolitanas.

c) As formas espaciais circular/semi-circular e axial, resultam de que condicionantes, processos e agentes? Será que para uma dada área metropolitana, que hoje se apresenta com um dado padrão, este padrão foi sempre o mesmo? Em que circunstâncias mudou?

c.1) A acessibilidade seria um fator básico para que haja mudanças na forma espacial? Por exemplo, a área metropolitana de São Paulo que hoje apresenta um padrão circular, poderia ter apresen-

tado em décadas anteriores um padrão do tipo axial, ditado pelos eixos de transporte, onde se verifica que, o crescimento populacional, na maioria das vezes, margeia esses eixos em maiores ou menores proporções.

c.2) Esta mudança da forma espacial expressaria que outros processos em atuação?

d) Qual o papel do sítio (barreiras topográficas, de drenagem, etc.) no processo de induzir ou viabilizar um mais rápido e/ou mais lento processo de periferização? Qual o papel do sítio na forma espacial assumida no processo de periferização?

e) Será que as áreas metropolitanas, tais como foram definidas em 1970, e que foram aqui consideradas como unidades territoriais, são válidas ainda hoje? Será que o processo de periferização já não extrapola de muito os limites atualmente considerados? Neste caso, que fatores influenciam esta expansão? Por outro lado, será que algumas áreas metropolitanas não foram superdimensionadas no passado? Quais?

4.2 — Questões específicas

a) A análise do crescimento demográfico dos distritos das áreas metropolitanas revela que na periferia das mesmas verificam-se taxas de crescimento baixas ou negativas. As questões que podem ser levantadas são:

a.1) Tais taxas de crescimento baixa ou negativa indicam um começo do processo de esterilização rural, marcado pelo abandono de atividades rurais e a conseqüente perda de população, quer em termos relativos, quer em termos absolutos? Como exemplo, pode-se indicar que na área metropolitana de Recife, o Distrito de Nova Cruz apresenta taxas de crescimento negativas, enquanto que o distrito

a ele limítrofe teve um crescimento com índice acima de 200%. Será que isto é o começo de um processo de esterilização?

a.2) Se ocorre um processo de esterilização na periferia metropolitana, como se configura este processo? Que agentes dela participam? Grandes proprietários rurais, pequenos proprietários rurais, empresas de loteamento e/ou incorporadoras imobiliárias? Quais as articulações entre estes agentes? Qual o papel do Estado neste processo?

b) Qual a influência do processo de metropolização na agricultura periurbana (horti-frutigranjeiros, aves, ovos e produção leiteira)? Tal questão vem calcada na discussão do modelo thuniano às áreas periurbanas.

b.1) Qual o seu peso e significado nas diferentes áreas metropolitanas do País?

b.2) Qual a capacidade de resistência que as áreas agrícolas da periferia metropolitana apresentam face à expansão urbana?

c) As indústrias tendem a se concentrar na periferia, tendo como uma das causas principais a escassez do solo urbano no distrito-sede da cidade central. Devido a este movimento centrífugo, qual o papel das indústrias na ampliação de novas áreas periféricas? E das atividades industriais e terciárias em geral na conversão de terras rurais em urbanas?

d) A expansão periférica se dá em conseqüência do crescimento demográfico, quer devido à saída da população da cidade central, quer devido a correntes migratórias que se destinam a ambos os locais. Que peso tem cada um destes fatores, em cada uma das nove áreas metropolitanas brasileiras que apresentam dimensões demográficas, padrões de uso do solo, legislação urbana e fase do processo de periferização diferenciado?

e) Existem setores da periferia urbana que se diferenciam entre si no que se refere aos grupos sociais que ali vão residir? Pode-se distinguir setores de “amenidades” destinados a certo tipo de clientela e setores “sem amenidades” destinados a outra clientela?

e.1) Que diferenças de estratégias desempenham os agentes modeladores — proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, o Estado e a população — face a esses possíveis tipos de periferia urbana? São estratégias semelhantes ou há diferenças nessas estra-

tégias? O que justifica tais estratégias se as houver?

e.2) No que se refere às periferias pobres, com expressiva taxa de crescimento demográfico, que estratégias desempenha a população que para lá se dirige ou é dirigida, face às precariedades das condições de vida ali existentes?

O conjunto de questões aqui levantadas teve como objetivo maior abrir um eixo no sentido de que se possa ampliar os estudos sobre o processo de periferização urbana. No decorrer de tais estudos, outras questões podem surgir.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — IBGE-DEGEO-GAM — Grupo de Áreas Metropolitanas. Áreas de pesquisa para determinação de Áreas Metropolitanas — *Revista Brasileira de Geografia* — 31(4), out./dez. 1969.
- 2 — DAVIDOVICH, Fany; LIMA, Olga Maria Buarque de — Análise de aglomerações urbanas no Brasil — *Revista Brasileira de Geografia*, 38(4): 106-30, out./dez. 1976.
- 3 — WEHRWEIN, George S. — The rural urban fringe — *Economic Geography* — 18: 217-28, July 1942.
- 4 — GOLLEDGE, R. C. — Sidney's metropolitan fringes: a study in urban rural relations — *Australian Geographer* — 7: 243-55, 1960.
- 5 — BASTIÉ, J. — *La Croissance de la Banlieu Parisienne*, Paris, 1964.
- 6 — PAHL, R. E. — Urbs in Rure. The metropolitan fringe in hertfordshire. *London School of Economics and Political Science, Geogr. Pap. 2*, 1962.
- 7 — SEGADAS, Maria Therezinha Soares — Divisões principais e limites externos do Rio de Janeiro — *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. v. XII, 1958-59: 187-205.
- 8 — BERNARDES, Lysia Maria C. — Quadro sumário da nomenclatura das zonas urbanas — idem ref. (7): 217-8.
- 9 — ———. — A faixa suburbana — *Curso de Geografia da Guanabara* — IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1983.
- 10 — MACIEL, Angelo Dias e ALBANI, Vicent — A Expansão atual da faixa pioneira urbana à Noroeste do Rio de Janeiro — *Resumos de Teses e Comunicações* — II Congresso Brasileiro de Geógrafos — Rio de Janeiro, 1965: 82-3.
- 11 — MARTINS, Gilda Campos Impellizieri — Contribuição ao estudo da estrutura interna da Área Metropolitana do Rio de Janeiro: o caso de Xerém (Duque de Caxias) — *Boletim Carioca de Geografia*, XXIII, 1972: 109-26.
- 12 — CAETANO, Maria Mônica Vieira — *Contribuição ao estudo da estrutura interna da Área Metropolitana do Rio de Janeiro: o caso de Japeri, Nova Iguaçu* — monografia para obtenção do grau de Bacharel em geografia, mimeo., não publicado. Departamento de Geografia PUC-RJ. 1975.
- 13 — BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha — *Contribuição ao estudo da estrutura interna da Área Metropolitana do Rio de Janeiro: o caso de Paracambi* — monografia para obtenção do grau de Bacharel em geografia, mimeo., não publicado. Departamento de Geografia PUC-RJ. 1976.
- 14 — LIVELY, C. — The sociological significance of the rural-urban fringe — *Rural Sociology* 18, p. 102, 1953.
- 15 — MC KAIN, Walter e BURNIGHT, Robert — The sociological significance of the rural-urban fringe: from the rural point of view — idem ref. (14): 108-20.
- 16 — PRYOR, Robin J. — Defining the rural-urban fringe — em BOURNE, L. S. (ed) — *Internal Structure of the City*: 59-68, 1971.
- 17 — GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes — *Estudos Rurais da Baixada Fluminense* — IBGE. Rio de Janeiro, 1956.
- 18 — GRIFFIN, Paul e CHATHAN, Ronald — Urban impact on agriculture in Santa Clara Country. Califórnia — *Annals of Association of American Geographer* — 48: 195-207, 1958.
- 19 — CLOWSON, Marion — Urban sprawl and speculation in urban land — em PUTNAM, R. — *The geography of urban places*, London, Methuen: 313-26, 1970.
- 20 — SINCLAIR, Robert — Von Thünen and urban sprawl — *Annals of the Association of American Geographers* — 57(1): 72-87, 1967.
- 21 — MATTINGLY, Paul — Intensity of agricultural land use near cities: a case study — *Professional Geographer* XXIV(1): 7-10, 1972.

- 22 — DAYAL, Edison — The present pertinence of Von Thünen theory in a advanced economy: a case from south-east Australia — *Proceedings of the IGU Regional Conference*, Palmerston North: 43-51, 1974.
- 23 — JUILLIARD, E. Europa e Brasil: dois tipos de organização do espaço peri-urbano — *Boletim Baiano de Geografia*.
- 24 — MURPHY, R. E. — *The American City: an urban geography* — N. York, 1966.
- 25 — PRED, A. R. — The intrametropolitan location of American manufacturing — em BOURNE, L. S. *op. cit.* ref. (16): 380-90.
- 26 — REINEMANN, Martin — The pattern and distribution of manufacturing in the Chicago area — *Economic Geography* — 36(2): 139-44, April, 1960.
- 27 — RIBEIRO, Miguel Ângelo C. e ALMEIDA, Roberto Schmidt de — Padrões de localização espacial e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais na Área Metropolitana de Recife — *Revista Brasileira de Geografia* — 42(2): 203-64, abr. 1980.
- 28 — RIBEIRO, Miguel Ângelo C. — *Padrões de localização e estrutura de fluxos dos estabelecimentos da Área Metropolitana de Salvador* — Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, 188 p. 1982 (alguns capítulos desta tese estão publicados na Revista Brasileira de Geografia, ano 44, n.º 4. IBGE, Rio de Janeiro).
- 29 — MATTOS, Dirceu Lino de — O parque industrial paulistano — capítulo 1 do v. III de — *A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana* — São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1955.
- 30 — TORNOWSKI, Salomão (coord.) — *Deslocamento das indústrias cariocas* — Rio de Janeiro, 1965.
- 31 — PROUDFOOT, Malcolm — City retail-structure — em MAYER, H. e KOHN, C. F. — *Readings in urban geography* — Chicago, 1969.
- 32 — VANCE, Jr. James — Emerging patterns of commercial structure in American cities — *Proceedings the IGU Symposium in Urban Geography* — Lund: 485-518, 1962.
- 33 — BERRY, Brian J. L. — Commercial structure and comercial blight — *Research Paper 85* (University of Chicago, Department of Geography, 1963).
- 34 — SEGADAS, Maria Therezinha Soares — Bairros suburbanos e subúrbios — em *Curso de Geografia da Guanabara* — IBGE-CNG — Rio de Janeiro, 1965: 74-90.
- 35 — GEIGER, Pedro Pinchas — A importância do comércio e dos serviços — *Idem*: 143-54.
- 36 — BARROS, Haidine D. — A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias: os centros funcionais. *Revista Brasileira de Geografia* 36(1): 53-8, jan./mar. 1974.
- 37 — MANGIN, W. — Latin American squatter settlements: a problem and a solution — *Latin American Research Review*, summer, 1971.
- 38 — TURNER, J. C. — The barriada movement — *Progressive Architecture*, 49, 1968.
- 39 — WARD, Peter — Intra city migration squatter settlements in Mexico City — *Geoforum* 7: 379-82, 1976.
- 40 — CORREA, Roberto Lobato A. — Localização inicial do imigrante na cidade: o caso do Rio de Janeiro — *Revista Brasileira de Geografia* 38(3): 116-21, jul./set. 1976.
- 41 — SANTOS, Carlos Néelson F. — Rio de Janeiro: urbanização e metropolização — em *Revista de Administração Municipal*, 149; veja-se também, do mesmo autor — Como o pensamento produz espaços na periferia — em *União Geográfica Internacional — Simpósios e mesas redondas* — Rio UGI-IBGE, 1982.
- 42 — VETTER, David; MASSENA, Rosa Maria e RODRIGUES, Elza F. — Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infra-estrutura do Município do Rio de Janeiro — *Revista Brasileira de Geografia* 41(1-2): 32-71, jan./jun. 1979.

- 43 — LIMA, Maria Helena Beozzo de. — Em busca da casa própria: auto construção na periferia do Rio de Janeiro — in VALLADARES, Lícia. (org.) — *Habitação em questão* — 69-91, Rio, Zahar, 1980.
- 44 — VENNETIER, P. — Nature et aspects de la croissance urbaine peripherique à Loubomo (République Populaire du Congo) — *La roissance péripheirique des Villes du tiers monde: le rôle de la promotion foncière et immobilière* — *Travaux et Documents de Géographie Tropicale* 40, CEGET, Talence, 57-75, 1980.
- 45 — URBINA, R. — Urbanization péripheirique a Santiago du Chile — *op. cit.* ref. 187-218.
- 46 — DOUMENGE, J. P. — Croissance péripheirique et promotion immobilière à caractère social de Noumia (Nouvelé Calédonie) — *idem*: 229-49.
- 47 — DELER, Jean Paul — Promotion foncière et stratification residentielle à la péripheirie des métropoles de l'Amérique Andine tropicale — *idem*: 121-42.

ANEXO

Varição da população residente nas áreas metropolitanas entre 1970-1980

(continua.)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
ÁREAS METROPOLITANAS.....	23 737 330	34 525 294	10 787 964	46
BELÉM.....	656 351	1 000 349	343 998	52
BELÉM.....	633 749	934 322	300 573	47
1 — Belém.....	577 473	808 460	230 987	40
2 — Icoraci.....	37 773	82 840	45 067	119
3 — Mosqueiro.....	11 195	14 393	3 198	29
4 — Val-de-Cás.....	7 308	28 629	21 321	292
ANANINDEUA.....	22 602	66 027	43 425	192
5 — Ananindeua.....	22 602	66 027	43 425	192
FORTALEZA.....	1 038 041	1 581 588	543 547	52
FORTALEZA.....	859 135	1 308 919	449 784	52
1 — Fortaleza.....	520 175	648 815	128 640	25
2 — Antônio Bezerra.....	61 948	125 348	63 400	102
3 — Messejana.....	46 009	110 538	64 529	140
4 — Mondubim.....	66 671	201 363	134 692	202
5 — Parangaba.....	164 332	222 855	58 523	36
AQUIRAZ.....	32 558	45 214	12 656	39
6 — Aquiraz.....	8 201	10 849	2 648	32
7 — Eusébio.....	6 928	12 120	5 192	75
8 — Jacaúna.....	9 688	11 627	1 939	20
9 — Justiniano Serpa.....	7 741	10 618	2 877	37
CAUCAIA.....	54 801	94 157	39 356	72
10 — Caucaia.....	32 960	74 212	41 252	125
11 — Catuana.....	4 521	3 681	— 840	— 19
12 — Guararu.....	4 325	3 851	— 474	— 11
13 — Mirambé.....	2 874	3 287	413	14
14 — Sítios Novos.....	3 222	3 946	724	22
15 — Tucunduba.....	6 899	5 180	— 1 719	— 25
MARANGUAPE.....	59 516	91 222	31 706	53
16 — Maranguape.....	16 332	23 093	6 761	41
17 — Amanari.....	4 229	4 729	500	12
18 — Antônio Marques.....	1 206	1 099	— 107	— 9
19 — Itapebussu.....	6 345	6 597	252	4
20 — Jubaia.....	7 048	9 242	2 194	31
21 — Maracanaú.....	15 624	37 942	22 318	143
22 — Sapupara.....	5 380	6 031	651	12
23 — Tanques.....	2 662	1 952	— 710	— 27
24 — Vertentes do Lagedo.....	690	537	— 153	— 22
PACATUBA.....	32 031	42 076	10 045	31
25 — Pacatuba.....	5 937	7 332	1 395	23
26 — Água Verde.....	2 818	3 076	258	9
27 — Gereraú.....	8 617	12 098	3 481	40
28 — Guaiuba.....	6 110	7 647	1 537	25
29 — Itacima.....	2 930	2 791	— 139	— 5
30 — Itapó.....	2 974	4 582	1 608	54
31 — Pavuna.....	2 645	4 550	1 905	72

ANEXO

*Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980*

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
RECIFE.....	1 716 708	2 348 362	631 654	37
RECIFE.....	1 060 752	1 204 738	143 986	14
1 — Recife.....	1 060 752	1 204 738	143 986	14
CABO.....	75 980	104 425	28 445	37
2 — Cabo.....	39 171	58 946	19 775	50
3 — Juçaral.....	8 558	7 515	- 1 043	- 12
4 — Ponte dos Carvalhos.....	21 573	33 666	12 093	56
5 — Santo Agostinho.....	6 678	4 298	- 2 380	- 36
IGARASSU.....	55 127	73 219	18 092	33
6 — Igarassu.....	29 218	45 662	16 444	56
7 — Araçoiaba.....	8 670	8 863	193	2
8 — Itapissuma.....	8 863	11 905	3 042	34
9 — Nova Cruz.....	3 568	3 125	- 443	- 12
10 — Três Ladeiras.....	4 808	3 664	- 1 144	- 24
ITAMARACÁ.....	7 140	8 259	1 119	16
11 — Itamaracá.....	7 140	8 259	1 119	16
JABOATÃO.....	201 460	330 923	129 463	64
12 — Jaboatão.....	61 278	86 503	25 225	41
13 — Cavaleiro.....	58 811	85 961	27 150	46
14 — Muribeca dos Guararapes.....	81 371	158 459	77 088	95
MORENO.....	31 342	34 985	3 643	12
15 — Moreno.....	31 342	34 985	3 643	12
OLINDA.....	196 471	281 858	85 387	43
16 — Olinda.....	196 471	281 858	85 387	43
PAULISTA.....	70 279	165 827	95 548	136
17 — Paulista.....	23 613	28 768	5 155	22
18 — Abreu e Lima.....	26 130	47 088	20 958	80
19 — Navarro.....	5 689	27 321	21 632	380
20 — Paratibe.....	8 862	15 342	6 480	73
21 — Praia da Conceição.....	5 985	47 308	41 323	690
SÃO LOURENÇO DA MATA.....	94 137	144 128	49 991	53
22 — São Lourenço da Mata.....	40 617	66 363	25 746	63
23 — Camarajibe.....	41 216	67 029	25 813	63
24 — Nossa Senhora da Luz.....	12 304	10 736	- 1 568	- 13
SALVADOR.....	1 148 828	1 772 018	623 190	54
SALVADOR.....	1 007 744	1 506 602	498 858	49
1 — Salvador.....	998 258	1 496 276	498 018	49
2 — Madre de Deus.....	9 486	10 326	840	9
CAMAÇARI.....	33 533	89 511	55 978	167
3 — Camaçari.....	15 768	57 289	41 521	263
4 — Abrantes.....	5 171	10 092	4 921	95
5 — Dias d'Ávila.....	5 233	14 476	9 243	177
6 — Monte Gordo.....	7 361	7 654	293	4

ANEXO

Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
CANDEIAS.....	34 388	54 197	19 809	58
7 — Candéias.....	34 388	54 197	19 809	58
ITAPARICA.....	8 350	10 892	2 542	30
8 — Itaparica.....	8 350	10 892	2 542	30
LAURO DE FREITAS.....	10 126	35 572	25 446	251
9 — Lauro de Freitas.....	10 126	35 572	25 446	251
SÃO FRANCISCO DO CONDE.....	20 928	17 886	- 3 042	- 15
10 — São Francisco do Conde.....	8 588	9 900	1 312	15
11 — Mataripe.....	10 182	5 790	- 4 392	- 43
12 — Monte Recôncavo.....	2 158	2 196	38	2
SIMÕES FILHO.....	22 088	43 693	21 605	98
13 — Simões Filho.....	22 088	43 693	21 605	98
VERA CRUZ.....	11 671	13 665	1 994	17
14 — Vera Cruz.....	4 784	4 919	135	3
15 — Cacha Pregos.....	1 470	1 540	70	5
16 — Jiribatuba.....	2 272	2 542	270	12
17 — Mar Grande.....	3 145	4 664	1 519	48
BELO HORIZONTE.....	1 605 663	2 541 788	936 125	58
BELO HORIZONTE.....	1 235 001	1 781 924	546 923	44
1 — Belo Horizonte.....	1 108 351	1 443 531	335 180	30
2 — Venda Nova.....	126 650	338 393	211 743	167
BETIM.....	37 883	84 290	46 407	123
3 — Betim.....	37 883	84 290	46 407	123
CAETÉ.....	25 176	30 593	5 417	22
4 — Caeté.....	19 914	24 933	5 019	25
5 — Antônio dos Santos.....	1 530	2 244	714	47
6 — Morro Vermelho.....	1 186	1 105	- 81	- 7
7 — Penedia.....	1 263	625	- 638	- 51
8 — Roças Novas.....	1 283	1 686	403	31
CONTAGEM.....	111 338	280 721	169 383	152
9 — Contagem.....	30 766	114 095	83 329	271
10 — Parque Industrial.....	80 572	166 626	86 054	107
IBIRITÉ (1).....	19 523	40 017	20 494	105
11 — { Ibirité..... } { Parque Durval de Barros..... } }	13 954	31 982	18 028	124
12 — Sarzedo.....	5 569	8 035	2 466	44
LAGOA SANTA.....	14 050	19 525	5 475	39
13 — Lagoa Santa.....	10 558	14 933	4 375	41
14 — Confins.....	1 989	2 344	355	18
15 — Lapinha.....	1 503	2 248	745	50
NOVA LIMA.....	34 001	41 239	7 238	21
16 — Nova Lima.....	34 001	41 239	7 238	21

ANEXO

Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
PEDRO LEOPOLDO.....	20 700	30 004	9 304	45
17 — Pedro Leopoldo.....	15 762	22 190	6 428	41
18 — Doutor Lund.....	1 813	4 445	2 632	145
19 — Fidalgo.....	1 438	1 571	133	9
20 — Vera Cruz de Lima.....	1 687	1 798	111	7
RAPOSOS.....	10 137	11 830	1 693	17
21 — Raposos.....	10 137	11 830	1 693	17
RIBEIRÃO DAS NEVES.....	9 734	67 278	57 544	591
22 — Ribeirão das Neves.....	4 925	14 051	9 126	185
23 — Justinópolis.....	4 809	53 227	48 418	1 007
RIO ACIMA.....	5 118	5 054	— 64	— 1
24 — Rio Acima.....	5 118	5 054	— 64	— 1
SABARÁ.....	45 260	64 255	18 995	42
25 — Sabará.....	20 545	25 842	5 297	26
26 — Carvalho de Brito.....	21 637	36 218	14 581	67
27 — Mestre Caetano.....	830	728	— 102	— 12
28 — Ravena.....	2 248	1 467	— 781	— 35
SANTA LUZIA.....	25 301	59 903	34 602	137
29 — Santa Luzia.....	18 563	30 059	11 496	62
30 — São Benedito.....	6 738	29 844	23 105	343
VESPASIANO ⁽²⁾	12 441	25 155	12 714	102
31 — { Vespasiano..... } { São José da Lapa..... }	{ 12 441 }	{ 25 155 }	{ 12 714 }	{ 102 }
RIO DE JANEIRO.....	7 082 404	9 018 637	1 936 233	27
RIO DE JANEIRO.....	4 252 009	5 093 232	841 223	20
1 — Rio de Janeiro.....	4 252 009	5 093 232	841 223	20
DUQUE DE CAXIAS.....	431 345	575 533	144 188	33
2 — Duque de Caxias.....	256 582	306 057	49 475	19
3 — Campos Elyseos.....	104 636	162 997	58 361	56
4 — Imbariê.....	42 358	71 974	29 616	70
5 — Xerém.....	27 769	34 505	6 736	24
ITABORAÍ.....	65 851	114 494	48 643	74
6 — Itaboraí.....	30 293	51 927	21 634	71
7 — Cabuçu.....	8 620	7 739	— 881	— 10
8 — Itambi.....	8 771	26 874	18 103	206
9 — Porto das Caixas.....	3 060	4 612	1 552	51
10 — Sambaetiba.....	3 308	3 814	506	15
11 — Tanguá.....	11 799	19 528	7 729	66
ITAGUAI.....	55 860	90 192	34 332	61
12 — Itaguaí.....	23 292	40 536	17 244	74
13 — Coroa Grande.....	4 526	7 603	3 077	68
14 — Itituporanga.....	1 413	1 103	— 310	— 22
15 — Seropédica.....	26 629	40 950	14 321	54

ANEXO

Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
MAGÉ.....	113 032	166 576	53 544	47
16 — Magé.....	25 652	37 597	11 945	47
17 — Guapimirim.....	14 474	23 213	8 739	60
18 — Guia de Pacobaíba.....	4 770	10 408	5 638	118
19 — Inhomirim.....	47 717	74 229	26 512	56
20 — Santo Aleixo.....	10 903	10 871	— 32	— 0
21 — Suruf.....	9 516	10 258	742	8
MANGARATIBA.....	12 538	13 829	1 291	10
22 — Mangaratiba.....	5 946	6 261	315	5
23 — Conceição de Jacareí.....	745	879	134	18
24 — Itacurussá.....	3 481	3 318	— 163	— 5
25 — Vila Muriqui.....	2 366	3 371	1 005	42
MARICÁ.....	23 656	32 692	9 036	38
26 — Maricá.....	9 692	13 467	3 775	39
27 — Inoá.....	6 613	11 416	4 803	73
28 — Manoel Ribeiro.....	7 351	7 809	458	6
NILÓPOLIS.....	128 098	151 700	23 602	18
29 — Nilópolis.....	86 720	103 033	16 313	19
30 — Olinda.....	41 378	48 667	7 289	18
NITERÓI.....	324 367	400 140	75 773	23
31 — Niterói.....	316 576	386 195	69 609	22
32 — Itaipu.....	7 791	13 955	6 164	79
NOVA IGUAÇU.....	727 674	1 094 650	366 976	50
33 — Nova Iguaçu.....	331 457	491 802	160 345	48
34 — Belford Roxo.....	173 427	282 695	109 268	63
35 — Cava.....	29 882	44 706	14 824	50
36 — Japeri.....	36 422	55 830	19 408	53
37 — Mesquita.....	93 926	125 314	31 388	33
38 — Queimados.....	62 560	94 303	31 743	51
PARACAMBI.....	25 399	30 341	4 942	19
39 — Paracambi.....	25 399	30 341	4 942	19
PETRÓPOLIS ⁽³⁾	189 118	241 884	52 766	28
40 — Petrópolis.....	118 896	152 901	34 005	29
41 — Cascatinha.....	34 731	48 131	13 400	39
42 — Itaipava.....	8 910	10 610	1 700	19
43 — { Posse..... } { Pedro do Rio..... } }	15 720	10 601	— 5 119	— 33
44 — São José do Rio Preto.....	10 861	19 641	8 780	81
SÃO GONÇALO.....	430 349	614 688	184 339	43
45 — São Gonçalo.....	161 392	221 278	59 886	37
46 — Ipiiba.....	55 486	98 069	42 583	77
47 — Monjolo.....	46 793	96 165	49 372	106
48 — Neves.....	112 912	138 130	25 218	22
49 — Sete Pontes.....	53 766	61 046	7 280	14

ANEXO

Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
SÃO JOÃO DE MERITI.....	303 108	398 686	95 578	32
50 — São João de Meriti.....	163 934	210 548	46 614	28
51 — Coelho da Rocha.....	100 781	140 028	39 247	39
52 — São Mateus.....	38 393	48 110	9 717	25
SÃO PAULO.....	8 137 401	12 588 439	4 451 038	55
SÃO PAULO ⁽⁴⁾	5 921 796	8 493 598	2 571 802	43
1 — São Paulo.....	5 209 545	7 115 245	1 905 700	37
2 — Ermelino Matarazzo.....	151 836	241 571	89 735	59
3 — Guaiianazes.....	74 627	150 366	75 739	101
4 — { Itaim Paulista..... } { São Miguel Paulista..... }	235 427	445 581	210 154	89
5 — Itaquera.....	189 098	414 011	224 913	119
6 — Jaraguá.....	20 999	51 084	30 085	143
7 — Parelheiros.....	12 439	27 306	14 867	120
8 — Perus.....	27 825	48 434	20 609	74
ARUJÁ.....	9 585	17 482	7 897	82
9 — Arujá.....	9 585	17 482	7 897	82
BARUERI.....	37 603	75 321	37 518	99
10 — Barueri.....	17 481	35 914	18 433	105
11 — Aldeia.....	6 158	12 066	5 908	96
12 — Jardim Belval.....	6 947	11 905	4 958	71
13 — Jardim Silveira.....	7 217	15 436	8 219	114
BIRITIBA-MIRIM.....	8 966	13 379	4 413	49
14 — Biritiba-Mirim.....	8 966	13 379	4 413	49
CAIEIRAS.....	15 563	25 066	9 503	61
15 — Caieiras.....	15 563	25 066	9 503	61
CAJAMAR.....	10 440	21 941	11 501	110
16 — Cajamar.....	6 108	12 527	6 419	105
17 — Jordanésia.....	4 332	9 414	5 082	117
CARAPICUÍBA.....	54 907	185 763	130 856	238
18 — Carapicuíba.....	54 907	185 763	130 856	238
COTIA.....	30 957	63 373	32 416	105
19 — Cotia.....	21 293	47 444	26 151	123
20 — Caucaia do Alto.....	4 576	6 182	1 606	35
21 — Raposo Tavares.....	5 088	9 747	4 659	92
DIADEMA.....	78 957	228 594	149 637	190
22 — Diadema.....	78 957	228 594	149 637	190
EMBU.....	18 161	95 764	77 603	427
23 — Embu.....	18 161	95 764	77 603	427
EMBU-GUAÇU.....	10 301	21 028	10 727	104
24 — Embu-Guaçu.....	10 301	21 028	10 727	104

ANEXO

Varição da população residente nas áreas metropolitanas entre 1970-1980

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
FERRAZ DE VASCONCELOS.....	25 248	55 107	29 859	118
25 — Ferraz de Vasconcelos.....	25 248	55 107	29 859	118
FRANCISCO MORATO.....	11 210	28 462	17 252	154
26 — Francisco Morato.....	11 210	28 462	17 252	154
FRANCO DA ROCHA.....	36 391	50 710	14 319	39
27 — Franco da Rocha.....	36 391	50 710	14 319	39
GUARAREMA.....	12 636	15 123	2 487	20
28 — Guararema.....	12 636	15 123	2 487	20
GUARULHOS.....	236 865	532 908	296 043	125
29 — Guarulhos.....	236 865	532 908	296 043	125
ITAPECERICA DA SERRA.....	25 312	60 716	35 404	140
30 — Itapeçerica da Serra.....	21 153	54 086	32 933	156
31 — São Lourenço da Serra.....	4 159	6 630	2 471	59
ITAPEVI.....	27 569	53 325	25 756	93
32 — Itapeví.....	27 569	53 325	25 756	93
ITAQUAQUECETUBA.....	29 153	72 779	43 626	150
33 — Itaquaquecetuba.....	29 153	72 779	43 626	150
JANDIRA.....	12 490	36 017	23 527	188
34 — Jandira.....	12 490	36 017	23 527	188
JUQUITIBA.....	7 290	12 500	5 210	71
35 — Juquitiba.....	7 290	12 500	5 210	71
MAIRIPORÃ.....	19 640	27 498	7 858	40
36 — Mairiporã.....	19 640	27 498	7 858	40
MAUÁ.....	101 726	205 817	104 091	102
37 — Mauá.....	101 726	205 817	104 091	102
MOGI DAS CRUZES.....	138 746	198 081	59 335	43
38 — Mogi das Cruzes.....	100 650	133 197	32 547	32
39 — Brás Cubas.....	16 670	35 563	18 893	113
40 — Jundiapéba.....	8 129	12 747	4 618	57
41 — Sabaúna.....	3 512	5 711	2 199	63
42 — Taiaçupeba.....	9 785	10 863	1 078	11
OSASCO.....	283 203	473 856	190 653	67
43 — Osasco.....	283 203	473 856	190 653	67
PIRAPORA DO BOM JESUS.....	3 714	4 815	1 101	30
44 — Pirapora do Bom Jesus.....	3 714	4 815	1 101	30
POÁ.....	32 382	52 795	20 413	63
45 — Poá.....	32 382	52 795	20 413	63
RIBEIRÃO PIRES.....	29 117	56 487	27 370	94
46 — Ribeirão Pires.....	24 875	48 882	24 006	97
47 — Ouro Fino Paulista.....	4 241	7 605	3 364	79
RIO GRANDE DA SERRA.....	8 314	20 102	11 788	142
48 — Rio Grande da Serra.....	8 314	20 102	11 788	142

ANEXO

*Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980*

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
SALESÓPOLIS.....	9 560	10 649	1 089	11
49 — Salesópolis.....	9 560	10 649	1 089	11
SANTA ISABEL.....	17 179	28 997	11 818	69
50 — Santa Isabel.....	17 179	28 997	11 818	69
SANTANA DE PARNAÍBA.....	5 428	10 070	4 642	86
51 — Santana de Parnaíba.....	5 428	10 070	4 642	86
SANTO ANDRÉ.....	418 578	552 797	134 219	32
52 — Santo André.....	415 291	549 278	133 987	32
53 — Paranópolis.....	3 287	3 519	232	7
SÃO BERNARDO DO CAMPO.....	201 462	425 780	224 318	111
54 — São Bernardo do Campo.....	196 385	416 048	219 663	112
55 — Riacho Grande.....	5 077	9 732	4 655	92
SÃO CAETANO DO SUL.....	150 171	163 030	12 859	9
56 — São Caetano do Sul.....	150 171	163 030	12 859	9
SUZANO.....	55 622	101 067	45 445	82
57 — Suzano.....	55 622	101 067	45 445	82
TABOÃO DA SERRA.....	40 959	97 642	56 683	138
58 — Taboão da Serra.....	40 959	97 642	56 683	138
CURITIBA.....	820 766	1 441 743	620 977	76
CURITIBA.....	608 417	1 025 979	417 562	69
1 — Curitiba.....	483 038	843 733	360 695	75
2 — Bacacheri.....	20 937	27 825	6 888	33
3 — Campo Comprido.....	14 779	36 217	21 438	145
4 — Pinheirinho.....	50 302	41 248	— 9 054	— 18
5 — Santa Felicidade.....	16 753	42 989	26 249	157
6 — Santa Quitéria.....	16 740	21 502	4 762	28
7 — Tatuquara.....	1 920	5 245	3 325	173
8 — Umbará.....	3 948	7 220	3 272	83
ALMIRANTE TAMANDARÉ.....	15 367	34 226	18 859	123
9 — Almirante Tamandaré.....	10 782	29 123	18 341	170
10 — Campo Magro.....	4 585	5 103	518	11
ARAUCÁRIA.....	17 162	34 832	17 670	103
11 — Araucária.....	14 874	32 677	17 803	120
12 — Guajuvira.....	2 288	2 155	— 133	— 6
BALSA NOVA.....	4 709	5 283	574	12
13 — Balsa Nova.....	1 923	2 154	231	12
14 — Bugre.....	1 874	2 228	354	19
15 — São Luiz do Purunã.....	912	901	— 11	— 1
BOCAIÚVA DO SUL.....	10 733	12 135	1 402	13
16 — Bocaiúva do Sul.....	6 494	7 099	605	9
17 — Marquês de Abrantes.....	1 842	2 421	579	31
18 — Tunas.....	2 397	2 615	218	9
CAMPINA GRANDE DO SUL.....	7 885	9 800	1 915	24
19 — Campina Grande do Sul.....	7 885	9 800	1 915	24

ANEXO

*Variação da população residente nas áreas metropolitanas
entre 1970-1980*

(continua)

UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
CAMPO LARGO.....	34 340	54 901	20 561	60
20 — Campo Largo.....	23 489	41 903	18 414	78
21 — Bateias.....	3 016	3 742	726	24
22 — Ferraria.....	1 651	3 721	2 070	125
23 — São Silvestre.....	2 789	2 170	619	22
24 — Três Córregos.....	3 395	3 365	— 30	— 1
COLOMBO.....	19 228	62 874	43 646	227
25 — Colombo.....	19 228	62 874	43 646	227
CONTENDA.....	7 212	7 552	340	5
26 — Contenda.....	5 324	6 038	714	13
27 — Catanduvas do Sul.....	1 888	1 514	— 374	— 20
MANDIRITUBA.....	11 051	15 454	4 403	40
28 — Mandirituba.....	7 548	10 424	2 876	38
29 — Areia Branca dos Assis.....	3 503	5 030	1 527	44
PIRAQUARA.....	21 266	70 561	49 295	232
30 — Piraquara.....	13 291	35 218	21 927	165
31 — Pinhais.....	7 975	35 343	27 368	343
QUATRO BARRAS.....	4 079	5 715	1 636	40
32 — Quatro Barras.....	2 640	3 973	1 333	50
33 — Borda do Campo.....	1 439	1 742	303	21
RIO BRANCO DO SUL.....	25 163	31 794	6 631	26
34 — Rio Branco do Sul.....	22 200	28 796	6 596	30
35 — Açungui.....	2 963	2 998	35	1
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS ⁽⁶⁾	34 154	70 637	36 483	107
36 — São José dos Pinhais.....	25 288	59 209	33 921	134
37 — { Cachoeira de São José..... } { Campo Largo da Roseira..... } }	6 366	7 709	1 343	21
38 — Colônia Murici.....	2 500	3 719	1 219	49
PORTO ALEGRE.....	1 531 168	2 232 370	701 202	46
PORTO ALEGRE.....	885 564	1 125 901	240 337	27
1 — Porto Alegre.....	885 564	1 125 901	240 337	27
ALVORADA.....	40 378	91 487	51 109	127
2 — Alvorada.....	39 586	90 651	51 065	129
3 — Estância Grande.....	792	836	44	6
CACHOEIRINHA.....	31 023	63 228	32 205	104
4 — Cachoeirinha.....	31 023	63 228	32 205	104
CAMPO BOM.....	16 623	33 831	17 208	104
5 — Campo Bom.....	16 623	33 831	17 208	104
CANOAS.....	153 759	220 569	66 810	43
6 — Canoas.....	148 798	214 115	65 317	44
7 — Santa Rita.....	4 961	6 454	1 493	30
ESTÂNCIA VELHA.....	8 897	14 220	5 323	60
8 — Estância Velha.....	8 897	14 220	5 323	60
ESTEIO.....	34 587	50 975	16 388	47
9 — Esteio.....	34 587	50 975	16 388	47

ANEXO

Variação da população residente nas áreas metropolitanas entre 1970-1980

(conclusão)

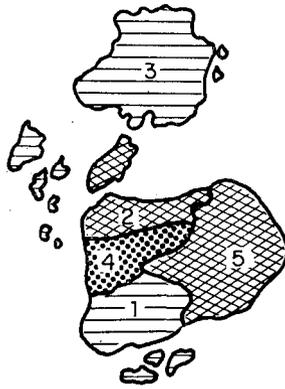
UNIDADES OBSERVACIONAIS (MUNICÍPIOS E DISTRITOS)	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO 1970 - 1980	
	1970	1980	Absoluto	Relativo (%)
GRAVATAÍ ⁽⁶⁾	52 457	107 500	55 043	105
10 — { Gravataí..... Barro Vermelho..... }	15 359	31 563	16 204	106
11 — Barnabé.....	23 638	55 606	31 968	135
12 — Dom Feliciano.....	2 320	1 473	-847	- 37
13 — Glorinha.....	3 349	3 484	135	4
14 — Ipiranga.....	4 862	12 904	8 042	165
15 — Morungava.....	2 929	2 470	-459	- 16
GUAÍBA ⁽⁷⁾	33 695	55 038	21 343	63
16 — { Guaíba..... Bom Retiro do Guaíba..... Sans-Souci..... Eldorado..... Mariana Pimentel..... Sertão de Santana..... }	33 695	55 038	21 343	63
NOVO HAMBURGO.....	85 356	136 551	51 195	60
17 — Novo Hamburgo.....	85 356	136 551	51 195	60
SÃO LEOPOLDO.....	64 311	98 586	34 275	53
18 — São Leopoldo.....	64 311	98 586	34 275	53
SAPIRANGA.....	16 402	37 286	20 884	127
19 — Sapiranga.....	13 012	31 544	18 532	142
20 — Araricá.....	1 523	1 934	411	27
21 — Campo Vicente.....	394	741	347	88
22 — Picada Hartz.....	1 473	3 067	1 594	108
SAPUCAIA DO SUL.....	41 749	79 402	37 653	90
23 — Sapucaia do Sul.....	41 749	79 402	37 653	90
VIAMÃO.....	66 367	117 756	51 389	77
24 — Viamão.....	24 380	48 599	24 219	99
25 — Aguas Claras.....	2 542	2 351	-191	- 8
26 — Capão da Porteira.....	2 547	1 769	-778	- 31
27 — Espigão.....	4 776	8 852	4 076	85
28 — Itapuã.....	4 662	4 225	-437	- 9
29 — Passo da Areia.....	2 254	2 438	184	8
30 — Passo do Sabão.....	25 206	49 522	24 316	96

FONTES: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — VIII Recenseamento Geral do Brasil — 1970 — IBGE.
Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980 — IBGE.

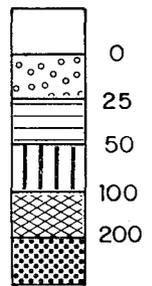
NOTAS: (1) — Os dados referentes ao Distrito de Parque Durval de Barros (157 611 hab.) foram incorporados aos do Distrito de Ibirité (16 221 hab.) em 1980, para efeito de comparação, já que ele não existia em 1970.
(2) — Os dados referentes ao Distrito de São José da Lapa (7 173 hab.) foram incorporados aos do Distrito de Vespasiano (17 982 hab.) em 1980, para efeito de comparação, já que ele não existia em 1970.
(3) — Os dados referentes ao Distrito de Posse (5 162 hab.) foram incorporados aos do Distrito de Pedro do Rio (10 558 hab.) em 1970, para efeito de comparação, já que ele foi extinto e incorporado ao Distrito de Pedro do Rio em 1980.
(4) — Os Distritos de Itaim Paulista (125 138 hab.) e São Miguel Paulista (320 443 hab.) tiveram seus dados incorporados, em 1980, para efeito de comparação, já que Itaim Paulista não existia em 1970.
(5) — Os dados do Distrito de Cachoeira de São José (2 035 hab.) foram incorporados aos de Campo Largo da Roseira (5 674 hab.) em 1980, para efeito de comparação, já que Cachoeira de São José não existia em 1970.
(6) — O Distrito de Barro Vermelho (4 991 hab.) teve seus dados incorporados aos do Distrito de Gravataí (26 572 hab.) em 1980, para efeito de comparação, já que Barro Vermelho não existia em 1970.
(7) — Para efeito de comparação, em 1970, os dados referentes aos Distritos de Guaíba (21 984 hab.), Bom Retiro do Guaíba (3 552 hab.), Sans-Souci (4 991 hab.), Mariana Pimentel (1 564 hab.) e Sertão de Santana (2 384 hab.) foram somados; e, em 1980, somaram-se os dados referentes aos Distritos de Guaíba (47 908 hab.), Bom Retiro do Guaíba (877 hab.), Mariana Pimentel (2 182 hab.) e Sertão de Santana (2 163 hab.), havendo ainda a extinção do Distrito de Sans-Souci e a criação do Distrito de Eldorado (1 908 hab.).

FIGURA 1

ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM



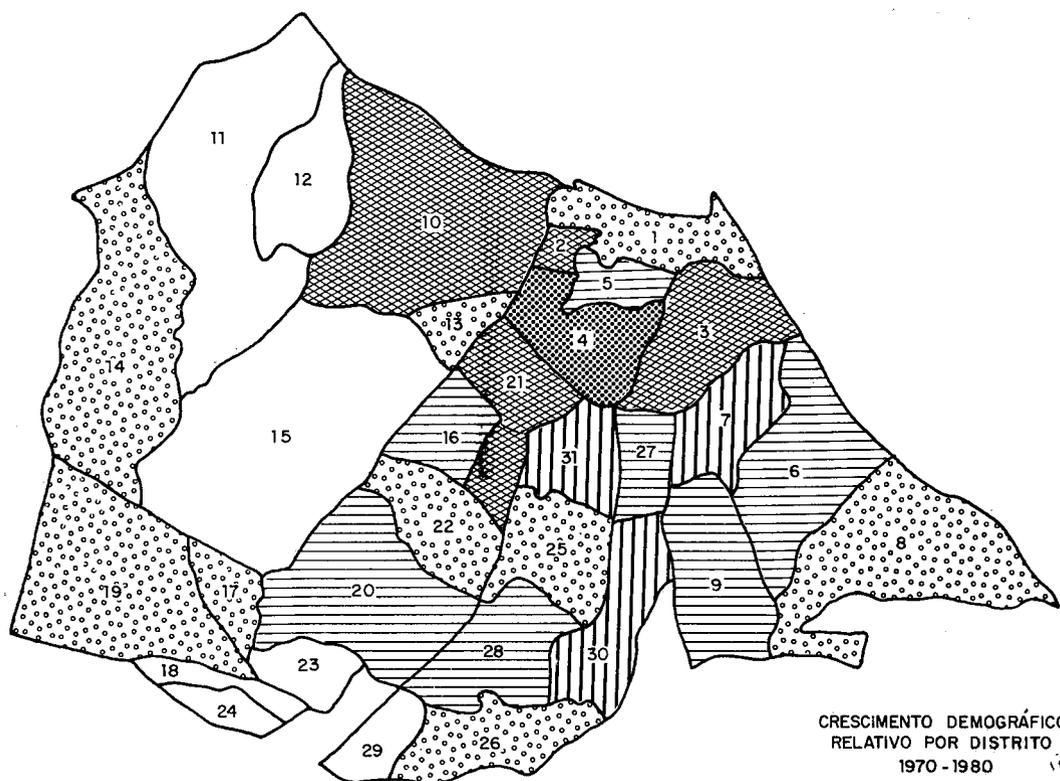
CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
RELATIVO POR DISTRITO
1970 - 1980



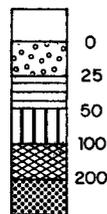
FONTE: Sinopses Preliminares de
Censos Demográficos: 1970 - 1980

FIGURA 2

ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA



CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
RELATIVO POR DISTRITO
1970 - 1980



5 km 0 5 10 15 20 km

FONTE: Sinopses Preliminares dos
Censos Demográficos: 1970 - 1980

FIGURA 3

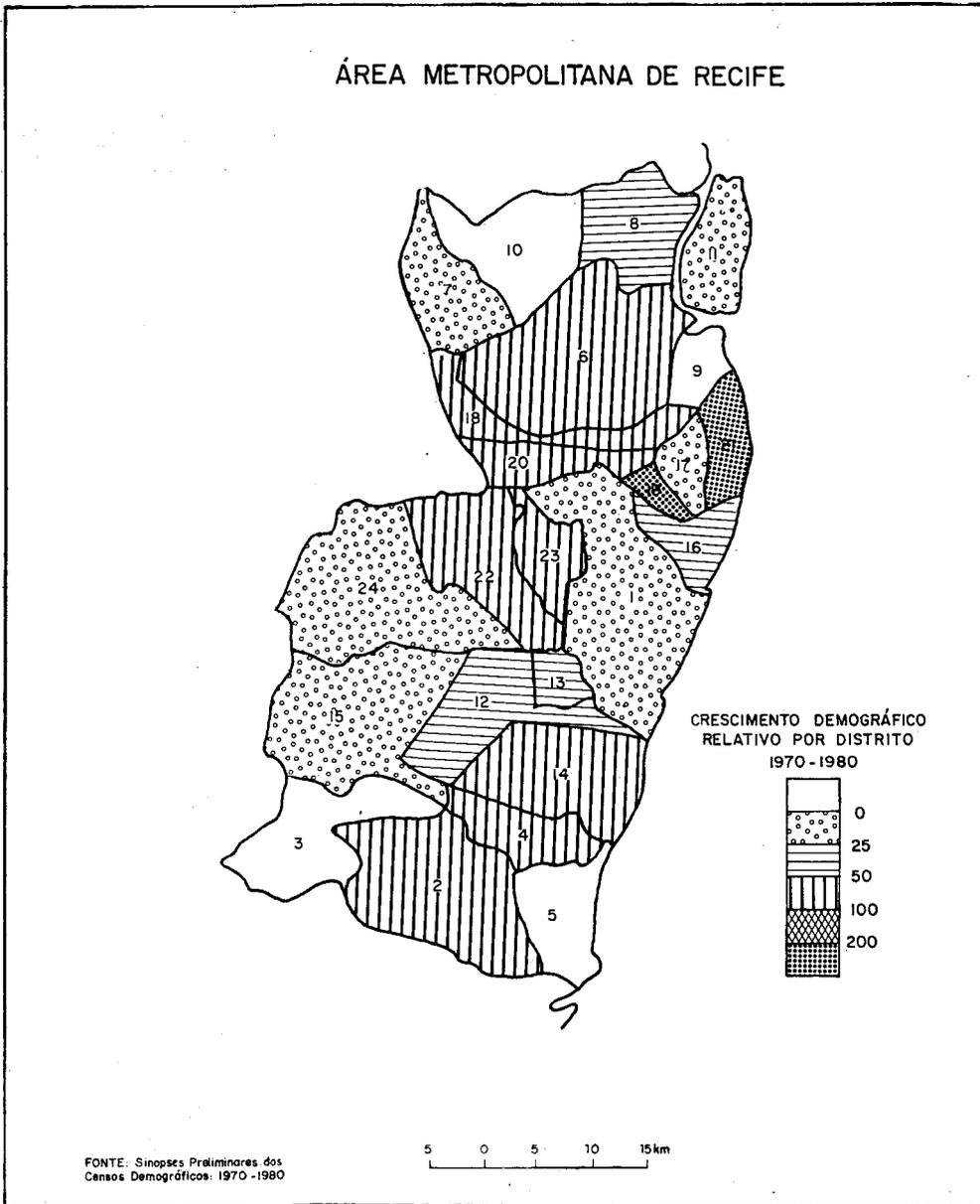
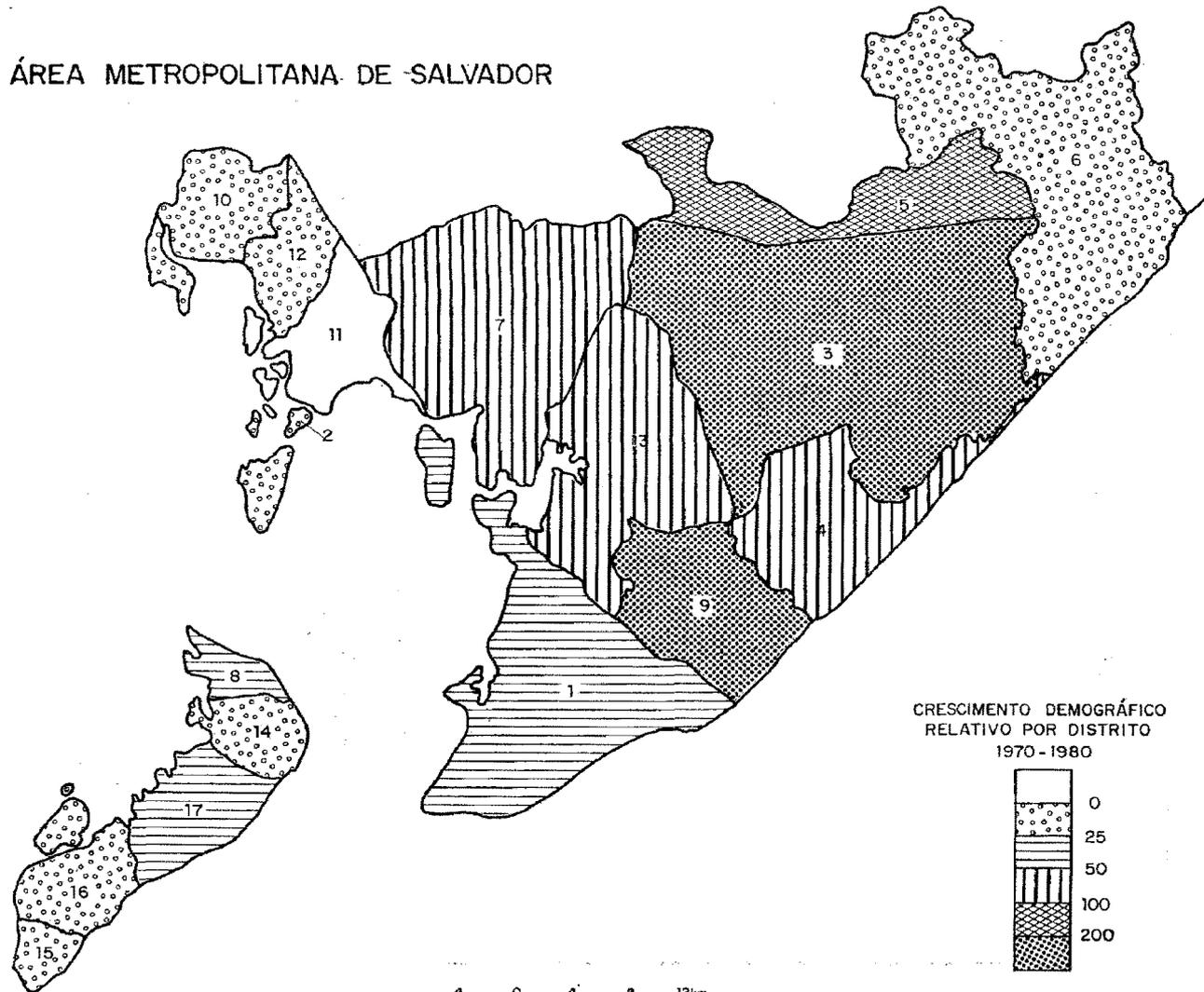


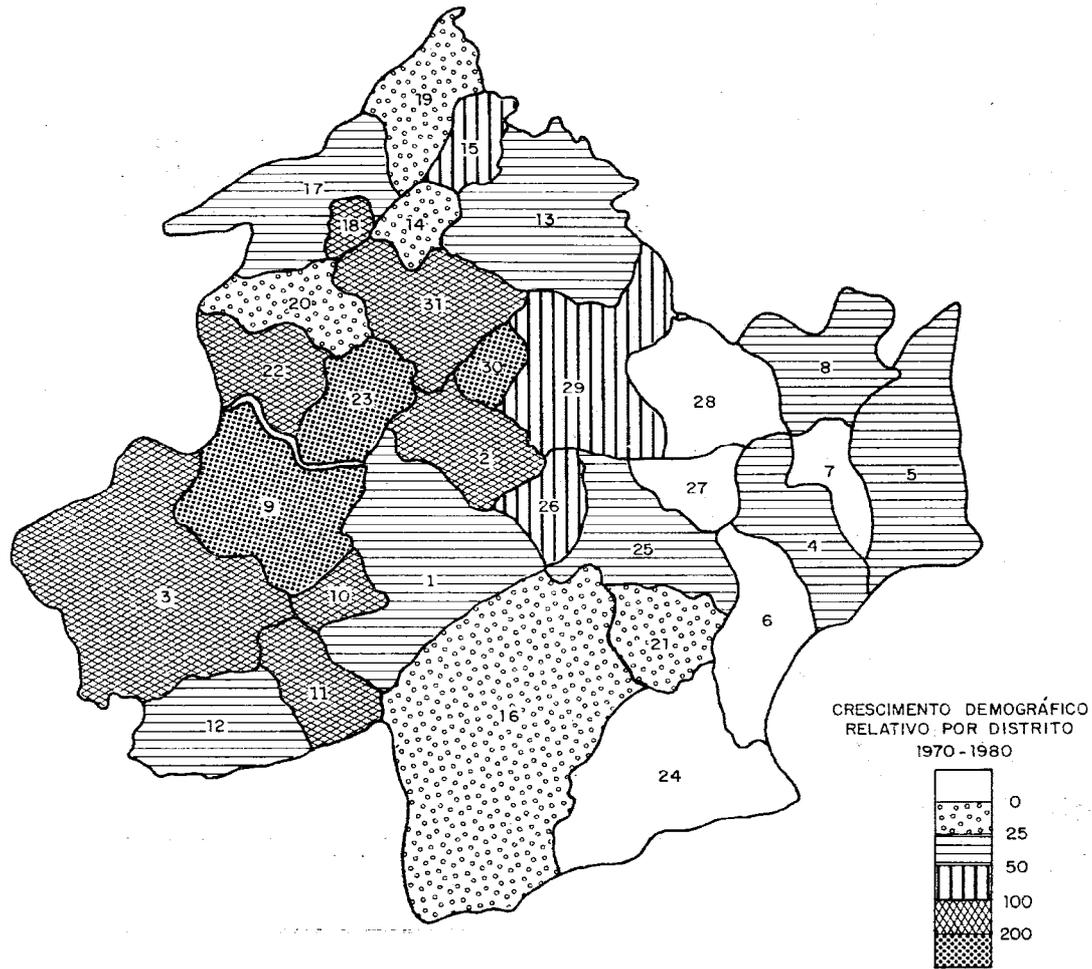
FIGURA 4

ÁREA METROPOLITANA DE SALVADOR



FONTE: Síntops Preliminares dos Censos Demográficos: 1970 - 1980

ÁREA METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

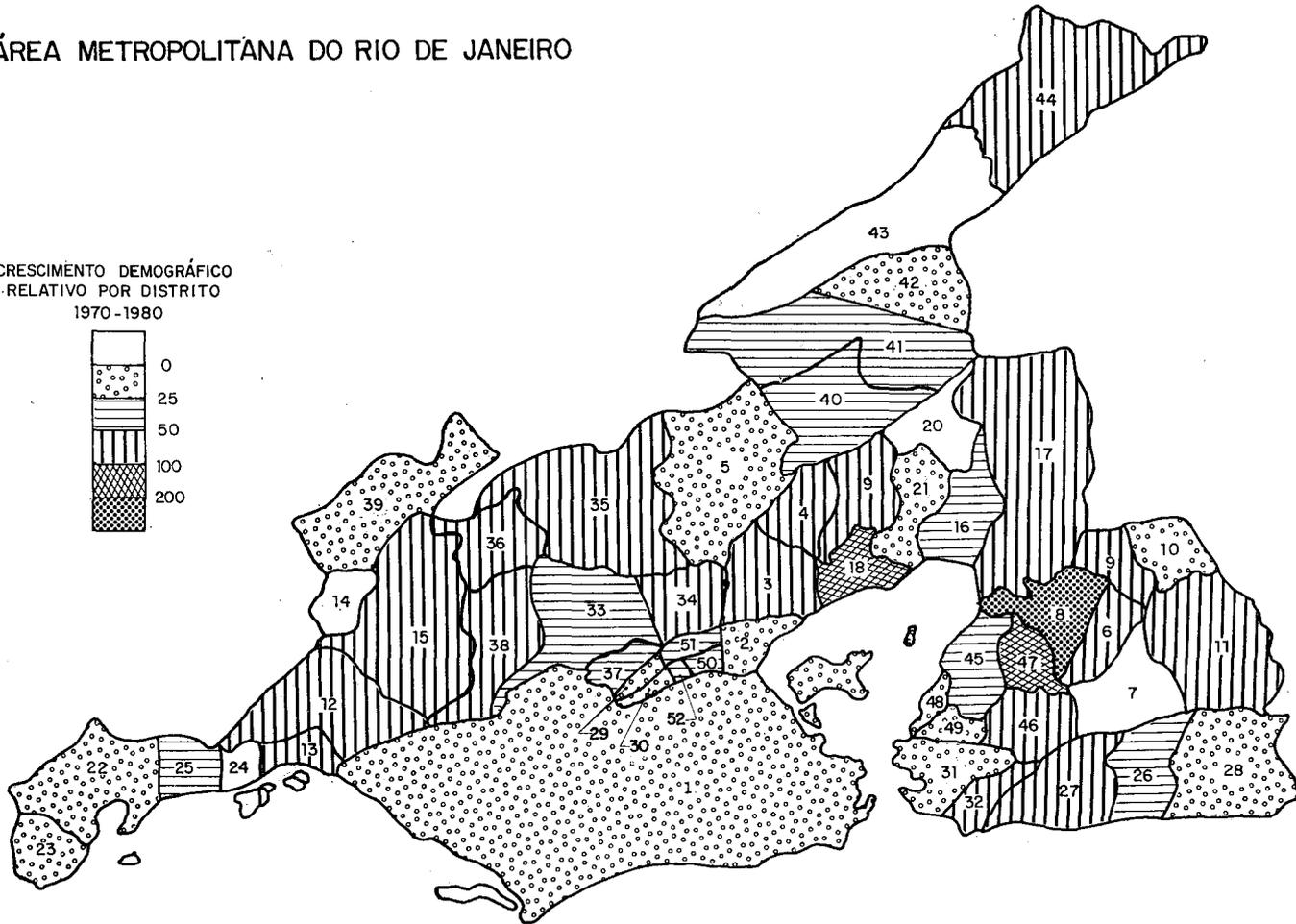
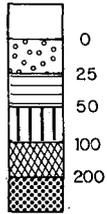


5 0 5 10 15 20 25 km

FONTE: Síntese Preliminares dos
Censos Demográficos: 1970-1980

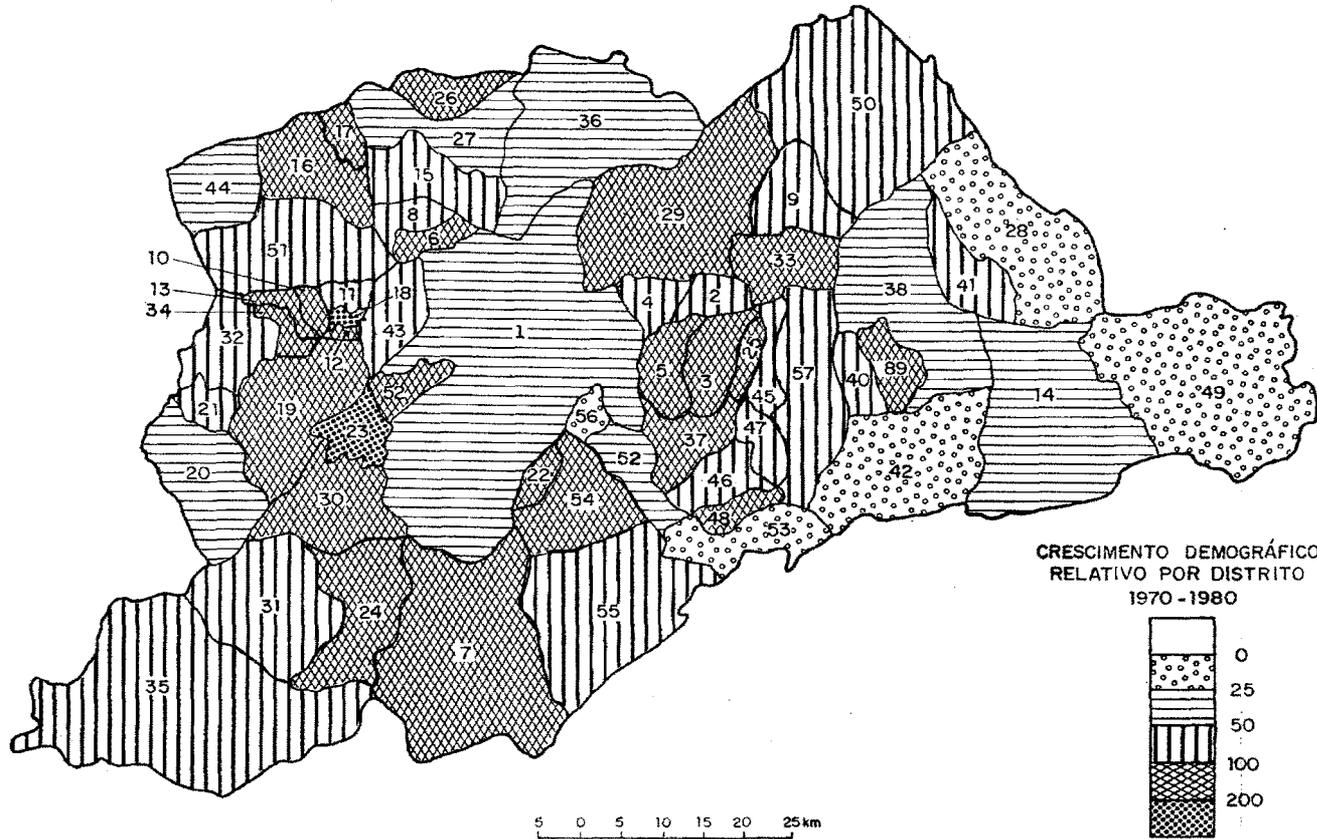
ÁREA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
RELATIVO POR DISTRITO
1970-1980

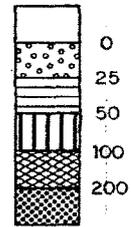


4 0 4 8 12 16 20 km

ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO



CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
RELATIVO POR DISTRITO
1970 - 1980

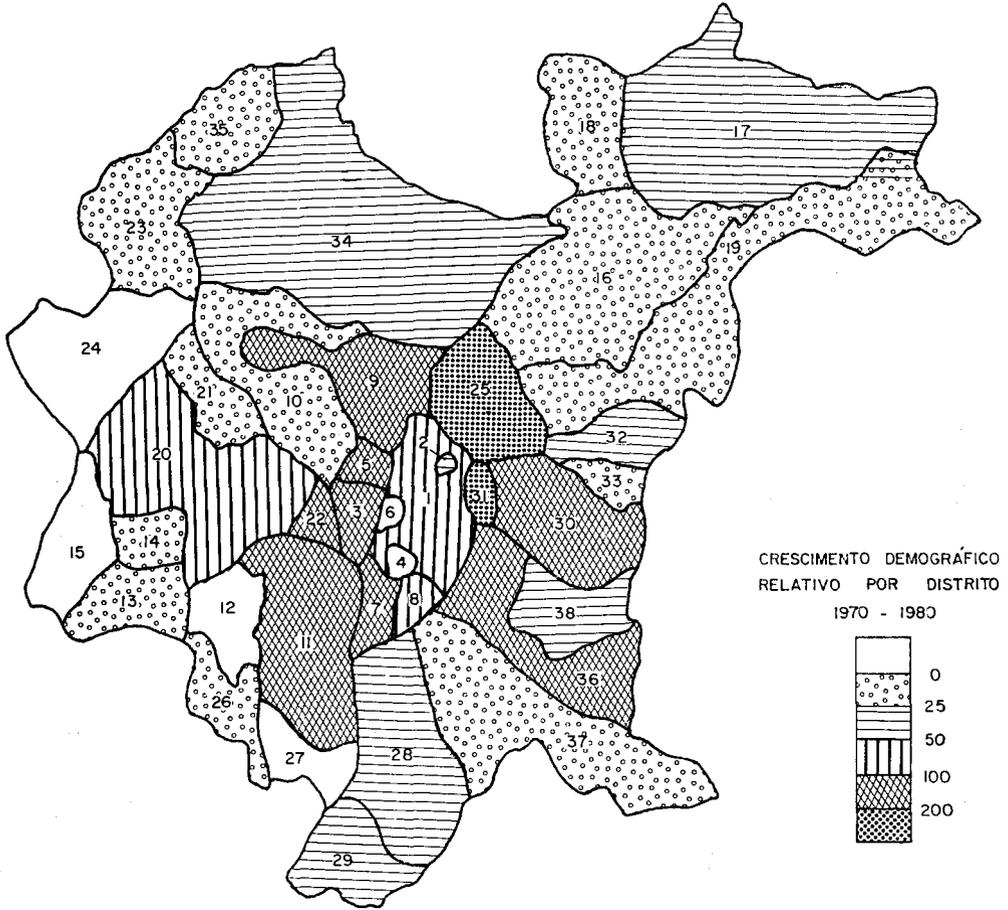


5 0 5 10 15 20 25 km

FONTE: Sínteses Preliminares dos
Censos Demográficos: 1970 - 1980

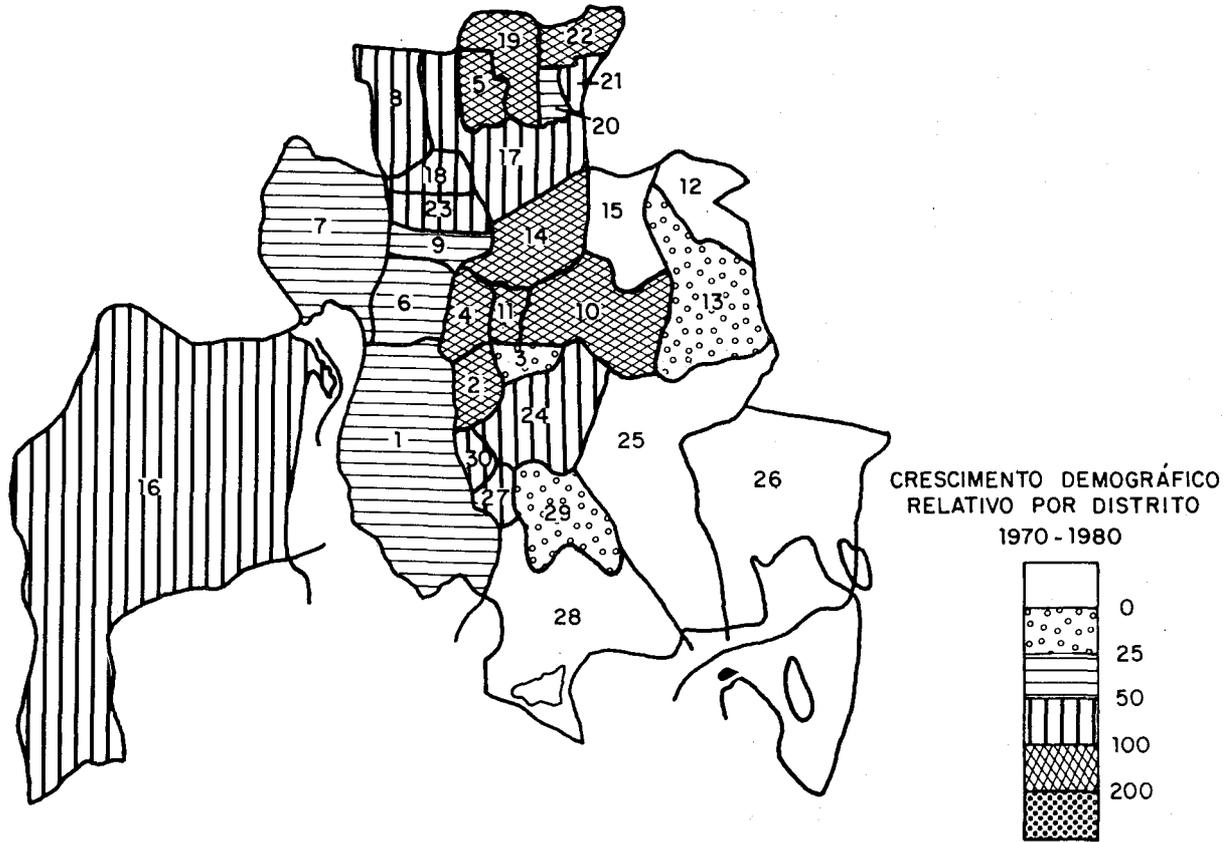
FIGURA 8

ÁREA METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTES: Sinopses Preliminares dos
Censos Demográficos - 1970 - 1980.

ÁREA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE



FONTE: Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos: 1970 - 1980

SUMMARY

This project about urban peripheric growth may be considered as a later phase of studies on urban spatial forms, which are being made by the Geography Department (DEGEO).

The results of the mentioned studies fully justify the sequence of this line of studies, added by the fact of the first data provided by the Brazilian Census of 1980. It is with this intent, that the Division of Urban Studies (DIURB) has carried out these studies, which actually privilege an aspect of the referred problem — the urban peripheric growth focused inside the picture of the metropolitan growth phenomena, which importance was already shown by some 1970's Census data. Nevertheless, as if the numbers only were not enough, it is to be considered the quality importance of the peripheric growth process, constituting such evaluation the other side of the analysis.

The work is divided in three sections: in the first one, an analysis is done focusing the demographic growth patterns of the nine Metropolitan Areas in the Country, during the 1970/80 decade. Following, a review of research traditions on the subject; and finally, considering the observed patterns and the conceptual formulations, questions were raised aiming at a possible deepening of future specific studies.

RÉSUMÉ

Ce travail peut être considéré une phase postérieure dans les études sur les formes de l'espace urbaines.

Les résultats justifient la suite de ces études, qui comptent déjà avec les premières données du Cense Général du Brésil (1980). La *Divisão de Estudos Urbanos (DIURB)* vient de réaliser ce travail dont on met en relief un aspect: celui de la périphérisation urbaine comprise dans le cadre du phénomène de métropolisation. Quelques données prélevées en 1970 l'ont déjà mis en valeur. Cependant, il est nécessaire de se rendre compte de l'importance de la qualité du processus de périphérisation, les chiffres n'étant point suffisantes. Cette évaluation est le deuxième axe de cette analyse.

Les trois parties du travail sont: d'abord une analyse des patrons d'accroissement démographique des neuf Aires Métropolitaines du Pays pendant les années 1970/1980. Ensuite, on revoit les recherches traditionnelles à ce sujet. Et finalement, en se tenant compte des patrons observés et des concepts formulés, on cherche à poser de questions qu'on puisse examiner à fond lors d'un travail postérieur.